

Avaliação da eficácia de um programa de adaptação curricular individualizado para alunos com deficiência, com base na análise preliminar das concepções dos professores acerca da inclusão em classes comuns

Evaluation of the effectiveness of an individualized curriculum adaptation program for students with disabilities, based on the preliminary analysis of the teachers conceptions about inclusion in common classes

DOI:10.34117/bjdv7n8-212

Recebimento dos originais: 07/07/2021

Aceitação para publicação: 10/08/2021

Roberta Bezerra Brite

Professora e Pesquisadora da Universidade Estácio de Sá – UNESA - RJ

E-mail: roberta.brite@hotmail.com

Ana Lúcia da Conceição Silva Felício

Professora de Sala de Recursos de Duque de Caxias – RJ – Brasil

E-mail: roberta.brite@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo relata os resultados de um estudo cujo objetivo foi avaliar a efetiva realização de um programa de adaptação curricular individualizado, conduzido por professores do ensino comum, à luz de suas práticas e concepções sobre o processo de inserção educacional de alunos com diversidade funcional. Para tanto, a pesquisa foi configurada em duas etapas distintas: a) um estudo de caso em três escolas municipais de Duque de Caxias, onde foi utilizado o uso de uma entrevista semiestruturada, com o objetivo de identificar as concepções dos professores a respeito do processo de adaptação curricular para alunos com diversidade funcional. Contou com a participação de nove professores do ensino comum, que atuavam no primeiro segmento do Ensino Fundamental e b) foi conduzido um trabalho de pesquisa de revisão sistemática literatura com o objetivo de reunir artigos publicados nos últimos cinco anos, sobre a eficácia de procedimentos de adaptação curricular no ensino comum, tendo como base a concepção docentes acerca dessa prática. Para tanto, foram formuladas duas perguntas norteadoras para o estudo: a) a concepção dos professores a respeito da inclusão de alunos com deficiência, que frequentam as classes comuns, é fator contribuinte para a implementação da adaptação curricular? e b) os efeitos dos programas de adaptação curricular individualizado contribui para a inclusão desses alunos na classe regular? Conforme critérios pré-estabelecidos, foram localizados 154 artigos e encontradas quinze pesquisas diretamente relacionadas ao processo de adaptação curricular no contexto do ensino comum. Durante a pesquisa alguns aspectos se destacaram, como a necessidade de formação continuada dos professores, com foco nas diferentes deficiências, a questão do profissional de apoio e da sala de recursos, a descrença na adaptação curricular como uma possibilidade de aprendizagem eficaz e o fato das políticas públicas considerarem o processo inclusionista como algo extremamente simples, minimizando as adaptações

necessárias. Com base nos resultados, foram avaliadas as necessidades constantes e crescentes em relação à estruturação de um programa de adaptação curricular.

Palavras-chave: concepções docentes, alunos com diversidade funcional, inclusão escolar, adaptação curricular.

ABSTRACT

This paper reports the results of a study whose objective was to evaluate the effective realization of an individualized curriculum adaptation program, conducted by common school teachers, in the light of their practices and conceptions about the process of educational insertion of students with functional diversity. For this, the research was configured in two distinct stages: a) a case study in three municipal schools in Duque de Caxias, where a semi-structured interview was used, aiming to identify the teachers' conceptions about the process of curricular adaptation for students with functional diversity. It counted with the participation of nine common education teachers, who worked in the first segment of Elementary School and b) a research work of systematic literature review was conducted with the purpose of gathering articles published in the last five years, about the effectiveness of curricular adaptation procedures in common education, based on teachers' conceptions about this practice. For this, two guiding questions were formulated for the study: a) the conception of teachers about the inclusion of students with disabilities who attend regular classes is a contributing factor to the implementation of curricular adaptation? and b) the effects of individualized curricular adaptation programs contribute to the inclusion of these students in regular classes? According to the pre-established criteria, 154 articles were located and fifteen researches directly related to the curricular adaptation process in the context of regular education were found. During the research some aspects stood out, such as the need for continued education for teachers, focusing on the different disabilities, the issue of the support professional and the resource room, the disbelief in curricular adaptation as a possibility for effective learning, and the fact that public policies consider the inclusion process as something extremely simple, minimizing the necessary adaptations. Based on the results, the constant and growing needs regarding the structuring of a curricular adaptation program were evaluated.

Key-words: teaching conceptions, students with functional diversity, school inclusion, curricular adaptation.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo avaliar as possibilidades, as dificuldades e a eficácia de um programa de adaptação curricular individualizado, para alunos com diversidade funcional, conduzido por professores do ensino comum, à luz de suas próprias concepções a respeito do processo de inclusão educacional.

Diante das grandes dificuldades percebidas em professores do ensino comum no que se refere ao processo de adaptação curricular dos alunos com diversidade funcional, viu-se a necessidade de se avaliar se esse trabalho realmente é realizado no espaço escolar

e se as concepções dos professores, acerca da diversidade funcional, interferem na inserção desses alunos no ensino comum.

Sendo assim, estruturou-se uma entrevista semiestruturada com professores de duas escolas, do primeiro segmento do ensino comum, do Município de Duque de Caxias, que atuam com alunos com diversidade funcional, a fim de verificar se realizam adaptações curriculares para os alunos inclusos e a real funcionalidade dessas ações. Para tanto, a pesquisa realizou-se em duas etapas, onde o procedimento inicial consistiu na realização das entrevistas com os docentes e, posteriormente, foram selecionados periódicos da área de Educação, tendo como base o “SciELO”, o “Lilacs”, o “Pepsic” e o “Researchgate”, para configuração da revisão sistemática da literatura com o objetivo de ressignificar a pesquisa desenvolvida com os docentes. Vale ressaltar, que por conta das características próprias do processo de adaptação curricular adotado no Brasil, foram escolhidos apenas artigos em português.

Essa pesquisa deve-se a necessidade crescente em se compreender que a inclusão de crianças com deficiência em escolas comuns depende, entre outras coisas, das concepções percebidas nos professores em relação ao processo de inserção desses alunos nas instituições de ensino, levando em consideração como eles percebem a viabilidade e a eficácia de um processo de adaptação curricular individualizado para esses alunos. Para tanto, o presente artigo busca refletir sobre as ações pedagógicas desenvolvidas pelos educadores, através de um trabalho qualitativo de reflexão acerca das colocações desses profissionais que trabalham com classes comuns, acerca do processo de adaptação curricular, assim como, possibilidades e dificuldades percebidas por eles.

Desse modo, inicialmente, foi realizada uma entrevista semiestruturada acerca das concepções dos professores sobre a inclusão de crianças com deficiência em classes comuns, levando em consideração ações didáticas adaptadas realizadas pelos professores das classes comuns e docentes da sala de recursos, buscando o aprimoramento constante do processo de inclusão. Posteriormente, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, a fim de aprofundar o estudo sobre o tema.

Segundo Santos e Barbato (2006), os indivíduos se apropriam de novos conceitos a partir de suas experiências em relação às influências históricas e culturais provenientes da sociedade. Sendo assim, estes autores acreditam ser primordial desenvolver pesquisas acerca das concepções que os professores desenvolveram em relação à participação dos alunos com diferentes deficiências, nas várias etapas da escolarização.

De modo a fundamentar o presente projeto, foram utilizadas as definições propostas por Bueno (1999) acerca dos conceitos de integração e de inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar. Para este autor, a partir da fundação do Centro Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1974, estruturou-se uma visão de integração onde se preconizava que os alunos com deficiência deveriam ser avaliados de acordo com as suas capacidades pessoais, a fim de serem incorporados em classes comuns das escolas de ensino regular, desde que o professor possuísse suporte, orientações e materiais necessários, para dar atendimento especial a esse grupo de educandos.

Contudo, segundo Bueno (1999), existe diferença conceitual entre os termos integração e inclusão, não sendo possível simplificar o conceito de inclusão ao fato de analisá-lo como uma representação moderna do processo de integração. Para este autor, o processo de integração refere-se ao fato de se considerar como fator de inserção as características individuais, desconsiderando uma visão crítica acerca das instituições escolares, enquanto que a inclusão faz alusão à necessidade de modificação nas instituições e na preparação dos docentes, buscando as diferenças como possibilidades e não como limitações. Dessa forma, o autor sustenta que a simples inserção não garante a adequação das condições para a inclusão, nem preconiza ações efetivas de valorização das potencialidades nos alunos que deveriam ser incluídos plenamente.

Em função desses dados, foram revisados artigos recentes sobre o tema, além dos clássicos, de modo a identificar os objetivos, os métodos, os resultados encontrados e as implicações desse conhecimento produzido para o processo de inclusão nas escolas e para as mudanças de atitudes dos professores frente à deficiência (SALGADO, 2020; PIRES e MENDES, 2020; NUNES e MANZINI, 2020; PINHEIRO e FIDALGO, 2019; FERRARI, VILARONGA e ELIAS, 2019; BUSS e GIACOMAZZO, 2019; ARAÚJO, 2019; NETO, 2019; NUNES, 2019; MEDEIROS e BARRERA, 2018; PEREIRA, 2018; BRITE e GERK, 2017; DALONSO, 2017; GUADAGNINI e DUARTE, 2015; SILVA e LEITE, 2015; MANTOAN, 2015; MUSIS e CARVALHO, 2010; BRITE, NUNES SOBRINHO e CASTELÕES, 2010; LERO, 2010; FRANÇA e PAGLIUCA, 2009; PELOSI e NUNES, 2009; PLETSCH, 2009; CARVALHO-FREITAS, 2009; ÁVILA, TACHIBANA e VAISBERG, 2008; MONTEIRO e MANZINI, 2008; NUNES E NUNES SOBRINHO, 2007; GLAT e BLANCO, 2007; SILVEIRA e NEVES, 2006; GLAT E FERNANDES, 2005; MANTOAN, 2004; JANNUZZI, 2004; DANELON, 2003; BUENO, 1999).

A validade social deste artigo converge para a possibilidade de oferecer resultados que favoreçam a melhoria da prática cotidiana de professores frente à diversidade, possibilitando não só a quebra de paradigmas construídos historicamente, mas também, instituindo subsídios para que repensem suas concepções sobre a inclusão de alunos com deficiência, levando-os a estruturarem novas e melhores práticas pedagógicas direcionadas para o desenvolvimento holístico desse grupo especial.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Reflexões sobre diversidade e acessibilidade têm se tornado alvo de destaque nas discussões que envolvem o cotidiano escolar, principalmente, no que se refere à adequação das práticas pedagógicas para a efetivação do processo de inclusão de alunos com deficiência em classes comuns. Neste sentido, a acessibilidade se fundamentou como uma das mais antigas e legítimas reivindicações das pessoas com deficiência, entretanto, ela não pode ser analisada apenas como uma minimização das barreiras arquitetônicas, mas como forma de possibilitar igualdade de oportunidades e superação de preconceitos e estigmas (NUNES e NUNES SOBRINHO, 2007).

Diante disso, a análise das concepções historicamente construídas associada ao aprimoramento de um programa de adaptação curricular individualizado tornam-se relevantes, pois as mudanças necessárias no comportamento se manifestam, segundo Devinney, Yip e Johnson (2009), devido à falta de clarificação teórica e à ausência de consciência metodológica na formulação dos constructos usados para o desenvolvimento de paradigmas.

A cultura disseminada pelas escolas, em variadas circunstâncias, não corresponde, efetivamente, às práticas pedagógicas, algo que poderia ser explicado pela falta de atividades voltadas para a educação continuada dos professores frente ao que se encontra nas tarefas prescritas. Dessa forma, as concepções dos professores sobre o processo de inclusão acabam indo de encontro aos objetivos propostos pelas instituições de ensino e pela própria legislação vigente.

As diferentes concepções sobre deficiência e as repercussões destas sobre os processos inclusionistas realizados nas escolas se manifestam de variadas formas no contexto contemporâneo. Para tanto, verifica-se a necessidade de se instituir leis que favoreçam a inserção de alunos com deficiência em classes comuns ou mesmo que reforcem os direitos desses indivíduos na sociedade. Dentre alguns documentos que contribuíram para o processo de inclusão pode-se ressaltar o Decreto 6949/09, que

fortaleceu os direitos humanos da pessoa com deficiência; a publicação da Convenção dos Direitos da Criança, na década de 90, que estimulou o compromisso social com a criança e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que serviu como um passo importante para a implementação de políticas públicas e ações voltadas para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Além dos referidos documentos e com a edição do Decreto nº 3.298/99, pelo Governo Federal, iniciou-se uma movimentação mais intensa em torno das políticas públicas inclusionistas, favorecendo a inserção das pessoas com deficiência em todas as esferas da vida em sociedade.

A Lei Brasileira de Inclusão, de 6 de julho de 2015 (LBI), explicita questões referentes ao processo de inclusão de alunos com diversidade funcional, assim como, ressalta a necessidade de se instituir processos de adaptação para esses indivíduos. O Art. 3º, parágrafo I, por exemplo, faz referência à relevância de se instituir acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação. No entanto, precisamos refletir até que ponto a escola realmente favorece esse processo. Já o parágrafo VI, disserta acerca das adaptações razoáveis, a saber: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, a fim de assegurar que a pessoa com diversidade funcional possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais (LBI, 2015). Contudo, apesar de estar na lei, na maioria das vezes, as adaptações curriculares não ocorrem no ensino comum, mesmo sendo direito dos educandos. Na verdade, a presença da lei não garante a sua plena execução no que se refere à garantia dos direitos de todos os indivíduos independentemente das diferenças. Em outras palavras, os docentes acreditam que precisam realizar as adaptações, mas não sabem como.

Apesar de se verificar uma intensa luta no que diz respeito à pessoa com diversidade funcional, muitas vezes, o processo inclusionista fica limitado à simples inserção do aluno em classe comum, quando, na verdade, deveria vir acompanhada de ações estruturadas que propusessem, entre outras medidas, a adequação do ambiente no que diz respeito à acessibilidade, à estruturação das aulas com adequação do conteúdo e da metodologia às diferentes deficiências (baseando o trabalho através do apoio de uma equipe multidisciplinar e com foco no processo de formação continuada), além do apoio ao trabalho do professor por profissionais capacitados e pela própria equipe diretiva (SALGADO, 2020; PIRES e MENDES, 2020; NUNES e MANZINI, 2020; PINHEIRO

e FIDALGO, 2019; FERRARI, VILARONGA e ELIAS, 2019; BUSS e GIACOMAZZO, 2019; ARAÚJO, 2019; NETO, 2019; NUNES, 2019; MEDEIROS e BARRERA, 2018; PEREIRA, 2018; BRITE e GERK, 2017; DALONSO, 2017; GUADAGNINI e DUARTE, 2015; SILVA e LEITE, 2015; ÁVILA, TACHIBANA e VAISBERG, 2008; MONTEIRO e MANZINI, 2008; SILVEIRA e NEVES, 2006; GLAT e FERNANDES, 2005; MANTOAN, 2004).

Para tanto, além dos resultados verificados na pesquisa empírica, a revisão de artigos científicos sobre o tema demonstrou que as concepções manifestadas por pais e professores acerca da inclusão de alunos com deficiência em classes comuns e em relação ao processo de adaptação curricular afetam potencialmente as atitudes tomadas durante o processo de escolarização, principalmente, pois definem a crença nas potencialidades ou nas incapacidades desse público especial.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para análise dos tópicos apreciados no artigo, foram revisadas fontes documentais diversas, incluindo-se artigos da literatura nacional e internacional, que serviram como fundamento teórico para a construção deste trabalho.

Cada vez mais, verifica-se a importância de se viabilizar ações pedagógicas específicas para cada criança, de modo a favorecer programas inclusivos que valorizem o desenvolvimento holístico dos alunos com diversidade funcional em classes comuns (LERO, 2010). Neste sentido, pode-se verificar em pessoas que concebem a sociedade como um fenômeno perfeito, a dificuldade em se aceitar a diversidade em toda a sua essência, apesar da certeza intrínseca de que é impossível atingir a perfeição. Aliás, essa convicção torna a aceitação da deficiência um processo mais doloroso, gerando segregação, que dificulta cada vez mais a igualdade de oportunidades para as pessoas com diversidade funcional. Portanto, a inserção de crianças, consideradas especiais, em escolas comuns pode ser afetada tanto por problemas estruturais de acessibilidade como por visões pré-concebidas dos professores (BATISTA, 2004).

Verifica-se, contudo, que uma das variáveis responsáveis pela modificação efetiva dos processos de inclusão é a mudança das concepções dos educadores em relação aos alunos com algum tipo de deficiência. Nesse contexto, afirma-se que o processo de inclusão depende de um redirecionamento do foco do trabalho pedagógico, da pessoa com diversidade funcional para o ambiente educativo. Sendo assim, torna-se necessário analisar as condições sociais incapacitadoras que minimizam a participação e as

condições igualitárias das pessoas com diversidade funcional nos processos sociais e educacionais (OMOTE, 2006).

A partir dessa visão, foi realizada uma revisão sistemática da literatura com artigos nacionais dos últimos cinco anos, a fim de aprofundar a discussão acerca do processo de adaptação curricular para alunos inclusos no ensino comum. Além disso, foram utilizados referenciais nacionais e internacionais para mediar a compreensão do assunto abordado.

De acordo com estudos recentes, verifica-se que o desenvolvimento significativo de processos planejados de adaptação curricular pode trazer reais oportunidades de aprendizagem para os alunos com diversidade funcional no ensino comum. Contudo, ainda existem muitos questionamentos em relação à verdadeira natureza dessas adaptações curriculares e quais seriam as possibilidades, desse processo, no envolvimento dos alunos e no desenvolvimento holístico dos mesmos. Neste sentido, Zanato e Gimenez (2017) analisaram as categorias de adaptação curricular, assim como, seus respectivos graus, levando em consideração, inclusive, o papel dos professores e da equipe diretiva nesse processo.

A primeira questão a ser ressaltada foi a visão trazida pelo processo de adaptação curricular, em relação a aprendizagem personalizada dos educandos, para tanto, considera-se que cada aluno é único e aprende de uma maneira diferente, para tanto, adaptar o currículo traria a oportunidade de atender as diferentes necessidades dos educandos com ou sem diversidade funcional no contexto educacional. Sendo assim, os autores supracitados ressaltam que um currículo igual para todos não traz inclusão e sim exclusão, visto que existe diferença nos ritmos de aprendizagem dos alunos, e o processo de aprendizagem deve ser focado no educando, tendo como base suas necessidades e possibilidades (ZANATO e GIMENEZ, 2017).

Apesar de se verificar, na literatura, a necessidade crescente de realizar adaptações curriculares para o aprimoramento da inclusão, os estudos acerca das possíveis adaptações, assim como, os caminhos para a efetivação do processo, ainda são escassos. Contudo, uma questão se mostra fortemente presente na literatura brasileira, os docentes da educação básica ainda encontram muitas dificuldades em realizar adaptações curriculares que realmente promovam a inclusão de alunos com diversidade funcional no ensino comum (SALGADO, 2020; BRITE EL AL, 2019; PINHEIRO e FIDALGO, 2019; NETO, 2019; MEDEIROS e BARRERA, 2018; PEREIRA, 2018; ZANATO e GIMENEZ, 2017; DALONSO, 2017; MAKIDA-DIONISIO, MARTINS e GIMENEZ, 2016).

Verificou-se em alguns estudos uma maior dificuldade entre os professores do ensino fundamental do que entre os docentes da Educação Infantil, que segundo a Makida-Dionisio, Martins e Gimenez (2016), deve-se ao fato da Educação Infantil ser focada no aluno e o ensino fundamental ter como base essencial o conteúdo, burocratizando o processo ensino-aprendizagem. Além disso, pode-se verificar outras questões relevantes que interferem no processo de inclusão de alunos com diversidade funcional, como concepções didático-pedagógicas e aspectos comunicacionais.

Existem algumas definições operacionais para a expressão adaptação curricular, que verificamos na literatura, dentre elas podemos fazer alusão aos Parâmetros Curriculares Nacionais, que as definem como uma possibilidade de atender as dificuldades específicas dos alunos com diversidade funcional, a fim de maximizar o aprimoramento do conhecimento acadêmico do aluno, além de efetivar a participação ativa dos educandos (BRASIL, 1998, p.33). Contudo, percebe-se que o documento faz referência à participação dos alunos com diversidade funcional na programação escolar como um processo que deve se configurar de maneira tão normal quanto possível, mas, qual seria o parâmetro de normalidade? Quem define esse padrão? Será que esse processo também não seria responsável por viabilizar ações de desigualdade?

Com certeza, o currículo regular precisa atender as peculiaridades dos alunos com diversidade funcional, através de um currículo dinâmico, flexível e passível de ampliação, entretanto, essas adaptações precisam partir das características dos educandos e não devem se fundamentarem apenas em visões baseadas em parâmetros de normalidade. Para tanto, as adaptações curriculares precisam ir se aprimorando, de modo a atender as peculiaridades dos educandos, através modificações sistemáticas em objetivos, conteúdos, metodologia, temporalidade e avaliação, tanto no âmbito curricular, como no âmbito pedagógico e individual (PINHEIRO e FIDALGO, 2019; ZANATO e GIMENEZ, 2017).

Para alguns autores, as adaptações individuais devem ocorrer apenas se outras medidas grupais, ou até atividades de reforço não derem resultado, além disso, precisam ser baseadas em ações que possam ser compartilhadas pelos demais alunos, de modo que todos possam aprender conjuntamente (ZANATO e GIMENEZ, 2017; HEREDERO, 2010).

Os objetivos educacionais precisam oferecer oportunidades a todos os alunos independente das diferenças, para tanto, devem partir de uma ampla análise individual, viabilizando uma melhor aprendizagem e favorecendo a convivência entre todos os

educandos. Da mesma forma, as adaptações relacionadas ao tempo de aprendizagem, precisam se basear no ritmo do aluno, podendo favorecer o prolongamento do tempo de escolarização. Em relação ao método de ensino e à organização didática, a adaptação curricular precisa se fundamentar em uma metodologia específica que atenda às particularidades dos educandos (ZANATO e GIMENEZ, 2017). Neste sentido, as adaptações curriculares precisam ser baseadas em avaliações criteriosas, em que sejam analisadas as reais necessidades de aprendizagem e socialização dos alunos, a partir de uma avaliação diagnóstica, de preferência multidisciplinar. Definição e concepção na qual se baseia o presente artigo.

Pinheiro e Fidalgo (2019) realizaram uma pesquisa com o objetivo de investigar se e como as adaptações curriculares são implementadas em escolas do ensino comum que atendem alunos surdos. Para a realização da pesquisa os autores se basearam na observação da aula de três professores que trabalhavam diretamente com alunos surdos, além da aplicação de entrevistas. Para a busca dos dados da pesquisa foram realizadas vídeografações das aulas de três professores de Língua Portuguesa que lecionam no Ensino Fundamental II, por ser a segunda língua do indivíduo surdo. Essa pesquisa foi realizada em duas escolas públicas de São Paulo, além das entrevistas que se basearam em reflexões acerca da prática docente, com foco no aprendizado dos alunos, e na teoria que embasa cada ação didática.

A partir da interpretação dos dados, a pesquisa demonstrou a ausência de adaptações curriculares e a dificuldade do professor em implementar essas ações, além disso, foi verificado que o ensino colaborativo pode de alguma forma contribuir para a implementação de diferentes ações de adaptação curricular no contexto do ensino comum. Neste sentido, percebe-se a necessidade de se investir em programas de formação docente, infraestrutura adequada, material didático diversificado e de qualidade e práticas pedagógicas que realmente atendam as peculiaridades dos educandos em correlação com o currículo vigente (SALGADO, 2020; PINHEIRO e FIDALGO, 2019).

Sendo assim, os resultados da pesquisa demonstraram que o processo de adaptação curricular não ocorre verdadeiramente, além disso, os professores precisam ressignificar sua formação. Neste sentido, verificamos que a escola deve se adaptar para receber os educandos e não o inverso, pois quando o docente não pratica adaptação curricular para os alunos com diversidade funcional, na verdade, eles acabam praticando mais um processo de exclusão do que uma prática inclusionista. Como os docentes, muitas vezes, não sabem como implementar processos de adaptação curricular, acabam

planejando aulas homogêneas, como se todos os alunos aprendessem da mesma maneira e no mesmo tempo, desconsiderando as particularidades de cada indivíduo.

Já Salgado (2020) desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de discutir a adaptação curricular como um direito essencial para o desenvolvimento da aprendizagem de alunos com diversidade funcional no ensino comum. Para tanto, o pesquisador valeu-se de um estudo de caso com foco na experiência pedagógica de professores de matemática, história e ciências que lecionam para alunos com diversidade funcional no Ensino Fundamental II. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário com questões referentes a formação inicial e continuada dos docentes, assim como, aspectos relacionados à prática diária, à adaptação do currículo e às estratégias didáticas para o ensino das disciplinas.

Cada vez mais, diante da valorização da diversidade, verificamos a necessidade de uma prática pedagógica diferenciada e contextualizada, que seja capaz de garantir o pleno desenvolvimento de todos os educandos, sejam eles com ou sem diversidade funcional. Para tanto, torna-se relevante buscar possibilidades e instrumentos que sejam capazes de romper com barreiras e gerar uma educação holística para todos os indivíduos, tendo como foco suas potencialidades e não suas limitações.

A adaptação curricular pode ser entendida como uma ação orientada, capaz de fornecer possíveis alternativas para antever as necessidades dos alunos com diversidade funcional, tendo como marco regulador o próprio currículo do ensino comum (MADUREIRA e LEITE, 2003 APUD SALGADO, 2020). Neste sentido, para Salgado (2020), as adaptações curriculares devem, primeiramente, levar em consideração tudo o que o aluno pode realizar com e da mesma forma que seus pares, para posteriormente, atuar sobre o que deve ser realizado de maneira diferente ou individualizada. A adaptação curricular não deve se basear em um olhar baseado nas diferenças, na verdade, o aluno com diversidade funcional deve seguir o currículo comum sempre que possível. Algo considerado como base conceitual para este artigo.

Dessa forma, torna-se essencial compreender o papel fundamental do processo de adaptação curricular no desenvolvimento de uma educação verdadeiramente inclusionista. Para tanto, a fim de que a inclusão seja viável, são necessárias algumas adaptações no contexto escolar, como: diminuição no número de alunos em sala de aula, apoio da direção, planejamento sistemático das ações didáticas, ensino colaborativo, ajuste do tempo para permanência dos alunos em sala de aula, ajustes, também, na promoção seriada dos educandos com diversidade funcional, além da flexibilidade na

aplicação do conteúdo e do processo avaliativo (SANTANA ET. AL., 2020; BRITE ET. AL., 2019). Além disso, a parceria da família é essencial nesse processo.

A educação não pode ser entendida apenas como uma ferramenta para a busca de conhecimentos acadêmicos, mas como uma possibilidade dos indivíduos se tornarem capazes de transformarem a realidade e conviverem com as diferenças, contudo, o currículo acaba por privilegiar mais alguns conhecimentos do que outros, minimizando essas possibilidades (SANTANA ET. AL., 2020). Neste sentido, as adaptações curriculares devem contribuir, inclusive, para a minimização das barreiras, tanto arquitetônicas, como metodológicas, e para o desenvolvimento holístico de todos os educandos, independente das diferenças.

Sendo assim, Medeiros e Barrera (2018) desenvolveram um estudo com o objetivo de investigar as concepções dos professores que possuem alunos inclusos, de modo a analisar o andamento de suas aulas, para tanto, foram entrevistados treze educadores em uma escola pública e duas particulares. A partir da pesquisa foi verificado que os professores percebem a dicotomia entre teoria e prática, quando se refere ao processo inclusionista, além disso, sinalizaram que embora sejam favoráveis à inclusão de alunos com diversidade funcional, existe pouca adaptação curricular e a aprendizagem ainda é muito falha.

Além disso, entende-se que a socialização não pode ser o principal objetivo inclusionista da escola, até porque a mesma não pode abrir mão do seu papel, enquanto viabilizadora do processo ensino-aprendizagem. Neste sentido, durante todo o ano a escola precisa avaliar os seus trabalhos, assim como, os avanços e as dificuldades dos educandos buscando definir metas e promover estratégias de atuação (MEDEIROS e BARRERA, 2018).

A pesquisa se baseou em um delineamento quali-quantitativo, onde além das entrevistas realizadas com os docentes, foram feitas observações em salas de aula de três alunos com diversidade funcional. As entrevistas contaram com um roteiro semiestruturado, onde as respostas foram audiogravadas e transcritas na íntegra. Os nomes foram substituídos e os dados de observação das aulas foram transcritos e analisados qualitativamente, a fim de evidenciar a forma como a inclusão realmente ocorria na prática diária.

As respostas das entrevistas foram organizadas em treze categorias, onde foram comparadas as respostas dos professores da rede pública e privada, a fim de identificar possíveis diferenças e semelhanças, além de variabilidade de questões relacionadas entre

teoria e prática, e sentimento de preocupação e insatisfação por carências conceituais e processos avaliativos. Os professores também sinalizaram carências na formação, e indicaram perceberem que não são feitas adaptações curriculares gerando uma qualidade de ensino deficitária para alunos com diversidade funcional (MEDEIROS e BARRERA, 2018).

A partir da pesquisa verificou-se que a deficiência no processo de formação, engloba também o desenvolvimento de uma visão crítica e inovadora para lidar com a inclusão. Com isso, os professores sinalizaram que a formação docente é essencial para o processo inclusionista.

Outro resultado observado, foi que os professores, principalmente, os docentes de escolas públicas percebem a socialização como o principal benefício da inclusão. Além disso, verificou-se que os alunos acabam, muitas vezes, por enfrentar processos de segregação, pois, tanto os professores, como os outros alunos, desconsideram a sua participação em sala de aula, não sendo envolvidos na maioria das atividades (MEDEIROS e BARRERA, 2018). Com isso, verifica-se que a adaptação curricular ocorre de maneira insatisfatória, minimizando as oportunidades inclusionistas dos alunos com diversidade funcional e estruturando um processo escolar pouco eficaz.

Dalonso (2017) desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de analisar os efeitos das adaptações curriculares na vida escolar dos alunos com diversidade funcional, para tanto, realizou uma reflexão acerca das respostas de professores do Ensino Fundamental I, que lecionam para alunos autistas, sobre um questionário referente ao papel que as adaptações curriculares têm sobre a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática.

Essa pesquisa baseou-se na compreensão de que o currículo escolar deve ser inclusivo, flexível, aberto, abrangente e democrático, para atender plenamente a diversidade dos educandos, pois a educação é para todos e não deve ser seletiva. Neste sentido, para Dalonso (2017), as adaptações curriculares, no ambiente educacional, devem ser utilizadas como mais um instrumento para propiciar o processo ensino-aprendizagem, de modo a estruturar ações personalizadas que se baseiem nas potencialidades e na pluralidade dos educandos. Além disso, deve-se fundamentar uma quebra de paradigmas, na escola, onde a mesma se configure apenas como um lócus onde todos precisam fazer a mesma coisa, da mesma forma, no mesmo tempo, com os mesmos recursos, estratégias e materiais, minimizando o trabalho com a diversidade. Sendo assim, a formação continuada torna-se essencial para desenvolver no professor um olhar mais

amplo, desenvolvimentista e sensível, no sentido de vislumbrar possíveis ajustes no currículo, tornando o aluno como o objetivo principal do processo ensino-aprendizagem e não o conteúdo (DALONSO, 2017).

Para a coleta de dados, a pesquisa valeu-se de duas amostras, a saber: uma com professores titulares de classes comuns que lecionavam para alunos com autismo e outra com professores auxiliares selecionados para realizarem trabalhos específicos com esses educandos, todos do Ensino Fundamental I. Os professores envolvidos na pesquisa eram do gênero feminino, com idade entre 26 e 40 anos e com mais de 6 anos de efetivo exercício do magistério.

Sendo assim, após a aplicação do questionário verificou-se que os professores titulares que ficavam sozinhos em sala de aula, com os alunos autistas, não realizavam adaptações curriculares e não sabiam por onde começar. Somente um docente colocou o aluno perto de sua mesa, longe da porta por conta dos barulhos, sem estímulos nas paredes, com rotina específica e personalizada, além de ajustes nas atividades do material apostilado utilizado, pois o educando conseguia acompanhar o conteúdo. A docente também buscava utilizar legendas nos textos, figuras explicativas e tarefas mais curtas, sendo por muitas vezes escriba, deste aluno, para produção textual (DALONSO, 2017).

A maioria dos professores auxiliares realizavam adequações curriculares de pequeno porte para os educandos com autismo, sem saber que este era o nome dado as atividades desenvolvidas por eles, porém poucos professores auxiliares tinham propriedade no que realizavam, mas conseguiam evidenciar o crescimento pedagógico deles. Apesar destes professores realizarem as adequações por intuição, não conseguiam entender alguns comportamentos expressos por seus alunos, como respostas às atividades propostas. Os alunos mencionados durante a entrevista eram de grau leve ou moderado, com nível de linguagem verbal, porém com poucas funcionalidades na linguagem expressiva.

A grande maioria dos professores relatou como queixa que esses alunos eram crianças muito difíceis e que se utilizavam de choros, ou gritos quando não queriam fazer algo, se confundindo com falta de limite. Muitas vezes, não respondiam as questões que a professora sabia que ele tinha condições de fazer e faziam birras quando tinham que se expor dando a opinião ou fazendo uma escolha simples (DALONSO, 2017). Tudo isso leva a concluir que as características de hipersensibilidades dos autistas e a seletividade própria do espectro autista, devem ser mais difundidas para facilitar o trabalho do professor, caindo novamente no aspecto de formação docente.

Com a pesquisa também foi possível verificar que muitos profissionais ainda se apoiam na intuição para ajustar as práticas educativas inclusivas e muitos ainda necessitam de orientação para promoverem mudanças significativas, pois não conhecem o caminho que devem trilhar e desconsideram as particularidades e potencialidades dos educandos.

Guadagnini e Duarte (2015) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar o relato de docentes do ensino comum e professores da educação especial em relação ao processo de adaptação curricular de alunos com deficiência intelectual. A pesquisa contou com a aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas, tendo como participantes 16 professores do ensino comum e 2 professores da Educação Especial.

Através da pesquisa foi verificado que os docentes reconhecem a relevância da adaptação curricular, contudo, demonstram falta de clareza quanto a compreensão da definição do termo e em relação a que atividades podem ser realizadas. Além disso, relatam dificuldade no que tange a utilização de recursos e estratégias adaptadas eficazes para a efetiva promoção do currículo escolar.

As adaptações curriculares devem basear suas ações no currículo escolar, e as flexibilizações devem se estruturar em três níveis, a saber: projeto político pedagógico, currículo e aprendizagem individual em sala de aula. Para tanto, torna-se relevante que os educadores do ensino comum atuem de maneira colaborativa com os professores da Educação Especial e os mediadores escolares, no sentido de buscar subsídios para que os alunos inclusos consigam apreender os conteúdos desenvolvidos no currículo formal (GUADAGNINI e DUARTE, 2015). Com isso, torna-se viável ações conjuntas de planejamento, avaliação e organização de recursos e procedimentos para o ensino significativo.

Como resultado da pesquisa verificou-se que a maioria dos docentes apresenta como parâmetro principal da inclusão a socialização dos alunos com diversidade funcional, através da relação dinâmica com seus pares, contudo, não basta inserir o aluno, é necessário desenvolver uma educação de qualidade com professores preparados e ações personalizadas (BRITE ET. AL., 2019; GUADAGNINI e DUARTE, 2015). O discurso de todos os docentes pesquisados, inclusive, os professores de Educação Especial ressaltaram a dificuldade em compreenderem aspectos técnicos e práticos que norteiam a inclusão escolar, principalmente, quando se refere a uma visão mais holística que leve em consideração o desenvolvimento intelectual, social e pessoal (GUADAGNINI e

DUARTE, 2015), algo que precisa ser discutido e ressignificado nas escolas de ensino comum.

Mendonça e Manzini (2020) realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar concepções favoráveis de desfavoráveis de professores do ensino comum em relação ao ensino, ao currículo, à avaliação e à aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, para tanto, foram avaliados os relatos de quatro professoras que trabalhavam com alunos inclusos no Ensino Fundamental I, em um município no interior do estado do Paraná, através de uma entrevista semiestruturada.

Mediante os relatos dos docentes verificou-se que eles acreditam que todos os alunos podem aprender, contudo, não conseguem acompanhar o mesmo ritmo dos outros educandos. As professoras, durante as entrevistas, sinalizaram alguns aspectos importantes, a saber: a certeza de que existe um “gap” entre adaptar o conteúdo e adequar das atividades. Neste sentido, ressaltaram que o ensino colaborativo seria muito mais eficaz, até porque o processo avaliativo, muitas vezes, se mostra como um ato falho (MENDONÇA e MANZINI, 2020). Sendo assim, através da pesquisa verificou-se que os docentes ainda manifestas muitas dificuldades em adaptar o ensino e o processo avaliativo, tornando-se relevante tanto o ensino colaborativo como a formação continuada desses profissionais da educação.

Já Araújo (2019) desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de analisar as adaptações curriculares realizadas por professores do Ensino Fundamental I, para alunos com deficiência intelectual, em uma cidade pequena do Estado de Goiás. Para tanto, participaram da pesquisa onze alunos com deficiência intelectual e treze professores de sala de aula comum, em escolas públicas da rede estadual e municipal. Como resultado da pesquisa verificou-se que os docentes apresentaram concepções restritas, superficiais e pouco efetivas em relação ao processo de adaptação curricular para alunos inclusos. Além disso, mediante a pesquisa foi percebido que as adaptações curriculares, em sua grande maioria, são realizadas apenas pelos professores de apoio, ou seja, agentes de apoio a inclusão (mediadores escolares).

Verifica-se que a escolarização de alunos com diversidade funcional é uma das maiores dificuldades encontradas por professores do ensino comum, seja por não se sentirem preparados para o trabalho com a diversidade, seja por afirmarem não possuírem condições adequadas de trabalho, como remuneração insatisfatória, infraestrutura inadequada e falta de recursos pedagógicos e apoio da equipe diretiva, além de formações acadêmicas deficitárias para esse trabalho (ARAÚJO, 2019). Sabe-se que muitas são as

dificuldades no contexto educacional, entretanto, isso não pode ser utilizado como desculpa para a precarização do ensino para alunos com diversidade funcional.

Apesar disso, o processo de adaptação curricular, segundo Monteiro (2015), para que traga resultados significativos deve estar relacionado às modificações no planejamento, de modo a ressignificar a elaboração dos objetivos, conteúdos, metodologia de ensino, concepções de avaliação e temporalidade do ensino de acordo com as necessidades dos educandos com diversidade funcional. Afinal, a escola não pode abrir do seu papel formador na sociedade.

Neste sentido, o uso de adaptações curriculares favorece o desenvolvimento das potencialidades dos educandos, através de ações sistematizadas e personalizadas capazes de levar o indivíduo incluso a vivenciar e experimentar situações reais e eficazes de aprendizagem. Para tanto, neste artigo, considerar-se-á a explanação de Araújo (2019) que preconiza esse processo como uma possibilidade de adequar os programas curriculares de um determinado nível educativo, no sentido de tornar os conteúdos acadêmicos acessíveis a todos os educandos, independente das diferenças. Além disso, Carvalho (2014 apud Araújo, 2019) ressalta que as adaptações curriculares suscitam flexibilizações nos conteúdos, nas metodologias de ensino, na temporalidade do contexto acadêmico e na avaliação. Contudo, verifica-se não existir um consenso relacionado aos tipos de ajustes que efetivamente podem ser realizados e que tragam resultados eficazes.

Ainda de acordo com a mesma autora, pode-se considerar um outro termo para fundamentar esse ajuste do processo ensino-aprendizagem, a saber, acessibilidade curricular, que surge como uma proposta de minimizar a simples mudança de objetivos e critérios em prol do acompanhamento personalizado dos avanços individuais do educando com diversidade funcional, através de uma avaliação formativa, organização de ciclos de aprendizagem e estruturação combinada de instrumentos e estratégias com foco no acompanhamento formativo de cada indivíduo, favorecendo a participação no processo coletivo e na vivência curricular (ARAÚJO, 2019).

Vale ressaltar, que apesar da concepção que os professores manifestam em relação ao processo de adaptação curricular, torna-se relevante utilizar estratégias que favoreçam a todos os educandos, independente das diferenças, maximizando a apropriação de hábitos que colaborem para a autonomia e para desenvolvimento dos conhecimentos e da cultura acumulada pela sociedade. Até porque a escola deve atuar como uma instituição formadora e não reprodutora de paradigmas.

Segundo Fonseca (2011 apud Araújo, 2019) podemos levar em consideração alguns conceitos relacionados ao processo de inclusão de alunos com diversidade funcional, dentre eles: a flexibilização relacionada a programação de atividades elaboradas para a sala de aula, com foco na mudança de estratégias referentes às práticas pedagógicas e não efetivamente a modificações no planejamento curricular de ensino; a adequação que faz referência a atividades individualizadas capazes de favorecer o acesso ao currículo com foco na prática docente, na avaliação e no atendimento às necessidades acadêmicas individuais dos educandos e com foco na adequação do planejamento curricular de ensino; e a adaptação que leva em consideração a organização escolar e os serviços de apoio, maximizando condições estruturais que atendam as diferenças individuais de acordo com as mudanças no planejamento curricular.

Neste sentido, torna-se essencial refletir criticamente acerca das concepções que envolvem o processo de adaptação escolar no contexto do ensino comum, visto que ainda são comparados a uma visão curricular individualizada, paralela e simplificada, separada do processo acadêmico preconizado pelo ensino comum (CORREIA, 2016 apud ARAÚJO, 2019). Para tanto, o processo de adaptação curricular, muitas vezes vigente na escola, acaba por deixar os alunos com diversidade funcional à margem do currículo formal, com isso, o aluno acaba sendo inserido no ensino comum, mas não participa efetivamente de um processo inclusionista, visto que vivencia, apenas, atividades consideradas reducionistas e simplificadas, além de serem diferentes daquelas realizadas pelos demais educandos.

A pesquisa de Araújo (2019) foi realizada nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, em duas escolas públicas de Goiás. Para o levantamento dos dados, foi realizado um diagnóstico inicial, além de momentos de observação e uma entrevista para aprofundar a pesquisa. Neste sentido, as entrevistas foram semiestruturadas, com o apoio de um roteiro de perguntas abertas que foram analisadas e revisadas. As entrevistas foram realizadas no período de novembro a dezembro de 2017, com nove professores regentes e educadores de apoio.

Como resultado das observações realizadas durante a pesquisa, foi verificado que as escolas realizam adaptações de pequeno porte, porém não muito significativas, que são realizadas apenas por alguns professores durante as aulas, seja na organização do espaço escolar, seja na estruturação das metodologias e estratégias de ensino. Além disso, foi ressaltada uma grande dificuldade percebidas pelos docentes acerca do processo avaliativo, visto que se torna relevante atentar não somente para a aprendizagem

acadêmica, mas para os avanços percebidos nas potencialidades cognitivas, sociais, emocionais e comunicativas. E, nesse processo, o professor de apoio pode maximizar os resultados inclusionistas (ARAÚJO, 2019).

Até porque cada indivíduo é único, e muitos necessitam de diferentes apoios e adaptações para desenvolver plenamente o processo ensino-aprendizagem, inclusive, levando em consideração a necessidade de um currículo flexível e dinâmico. Além disso, verifica-se, na literatura, que muitos artigos fazem referência ao papel primordial da Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky, proveniente da ação do mediador frente à eficácia do processo ensino-aprendizagem para os alunos com diversidade funcional (ARAÚJO, 2019; NETO, 2019). A teoria histórico-cultural de Vygotsky, torna-se relevante, pois faz alusão à estruturação de um contexto onde os indivíduos podem se desenvolver a partir de relações significativas com cada grupo social (NETO, 2019). Para tanto, torna-se essencial buscar eliminar qualquer barreira social ou educativa que possa se tornar um obstáculo para o desenvolvimento das potencialidades dos educandos, além de buscar estabelecer uma parceria com família com foco no desenvolvimento holístico do educando (CUNHA, 2016 apud ARAÚJO, 2019).

Através da pesquisa foi possível perceber que os educadores precisam rever suas formações, no sentido de compreenderem que a ação didática, referente ao aluno incluso, não deve se limitar a atividades infantilizadas, como cobrir pontilhados, pintar desenhos ou colar papel, mas sim, buscar estabelecer adaptações capazes de ampliar a participação efetiva e qualitativa dos alunos inclusos.

Pires e Mendes (2020) realizaram uma pesquisa com o objetivo de evidenciar as estratégias curriculares inclusionistas presentes no cotidiano escolar, com foco no aprofundamento dos conceitos de adaptação curricular, flexibilização curricular e diferenciação curricular. Neste sentido, além da pesquisa documental foram realizados vídeos das disciplinas de Português e Matemática, em salas de aula do ensino comum, a fim de avaliar como as atividades adaptadas se estruturam.

Em relação ao currículo, podemos evidenciar o prescrito que se refere ao currículo formal presente nas disciplinas e o prático que faz alusão à prática curricular (SACRISTÁN, 2000 apud PIRES e MENDES, 2020). Contudo, com a pesquisa foi verificado que poucos são os movimentos de adaptação curricular realizados no contexto das aulas. Na Língua Portuguesa, as estratégias de ensino baseiam-se na decodificação e leiturização, a partir do uso do livro didático. E na matemática percebe-se o foco nas

quatro operações e no ditado matemático, geralmente, instituídos para fins de respostas avaliativas (PIRES e MENDES, 2020).

Com isso, a pesquisa verificou que apesar dos professores explicitarem discursos inovadores na escola, na prática, manifestam um currículo tradicional, com estratégias voltadas especificamente para o cumprimento do currículo prescrito. Neste sentido, nem mesmo as adaptações de pequeno porte são realizadas (PIRES e MENDES, 2020), para Heredero (2010 apud Pires e Mendes, 2020), as adaptações curriculares de pequeno porte são relacionadas a uma situação específica, relacionada a um conteúdo imediato de uma disciplina, e as de grande porte referem-se a modificações amplas a nível metodológico e avaliativo.

Sendo assim, Neto (2019) realizou uma pesquisa com o objetivo de analisar ações de formação continuada para alunos com deficiência intelectual, a partir de um processo de adaptação curricular, e com foco na fala desses professores. Para tanto, a pesquisa contou com professores da rede pública do Estado de São Paulo, ensino fundamental e médio, nas diferentes áreas de conhecimento, nos horários das aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo.

Para a pesquisa, inicialmente, foram realizadas leituras de artigos científicos, livros, leis, dissertações e teses, relacionadas à temática, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o assunto e explorar o referencial teórico da pesquisa. Em seguida, foi analisada a legislação federal e estadual de São Paulo, referente à educação especial e à formação dos docentes. E, por fim, através da pesquisa-ação, foi estruturada uma formação continuada para os docentes, em relação ao processo de adaptação curricular, além da aplicação de um questionário pré-teste e pós-teste, com o objetivo de compreender suas próprias concepções e aspectos das práticas docentes. Após o processo de formação continuada, os professores foram convidados a participarem da confecção de um cronograma de ação para a execução de processos de adaptação curricular para os alunos com diversidade funcional (NETO, 2019).

Outra questão percebida durante a pesquisa foi que muitos alunos com deficiência intelectual não estavam com os laudos médicos e psicológicos atualizados, inviabilizando uma visão holística do educando. Além dessa visão parcial acerca do educando, foi verificado que os professores manifestam preocupação em transmitir os conteúdos curriculares aos alunos inclusos, sendo observadas tentativas de adaptação das atividades, contudo, verifica-se pouco conhecimento em relação a esse processo, gerando uma grande dificuldade dos docentes em lidar com esses alunos. Neste sentido, além da

necessidade de formação continuada os docentes, observou-se a necessidade de se estreitar os laços entre os docentes do ensino comum, os professores da Sala de Recursos e os agentes de apoio inclusão (mediadores), com foco na promoção de um ensino colaborativo significativo e qualitativo (NETO, 2019).

Neste sentido, o docente precisa centrar sua prática e sua atenção na compreensão e ressignificação do ambiente social e cultural e não no problema que limita o desenvolvimento do educando, afinal o professor precisa maximizar o acesso de todos os educandos ao conhecimento (NETO, 2019). Na verdade, não cabe ao docente determinar o limite de aprendizagem de cada educando, pois só o próprio indivíduo, a partir dos estímulos que recebe, pode aprofundar suas próprias vivências.

Segundo relatos dos participantes da pesquisa foi verificado que os docentes não sabem diferenciar dificuldade de aprendizagem de deficiência intelectual, apesar da relação existente entre ambas, sustentando a necessidade de formação continuada (NETO, 2019). Sendo assim, verifica-se que enquanto não se investir na reestruturação escolar e na formação docente, dificilmente serão desenvolvidas adaptações curriculares eficazes no contexto educacional.

Com foco nessa visão, Ferrari, Vilaronga e Elias (2019) estruturaram uma pesquisa com o objetivo de verificar a aprendizagem de habilidades pelos docentes do ensino comum, a partir de uma formação continuada, para a realização da adequação curricular. Para tanto, foi elaborado um roteiro para o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao uso de adaptações em sala de aula. Dentre as habilidades referenciadas na pesquisa foram trabalhadas a capacidade de identificar as necessidades de adaptação do aluno com diversidade funcional, a possibilidade de descrever o conteúdo específico da disciplina ministrada, a descrição sistemática dos objetivos e de cada atividade, e a construção de estratégias para viabilizar sua execução e indicar critérios de desempenho.

Participaram do curso oito professoras de sala comum, de disciplinas variadas, e sem conhecimentos prévios sobre adequação curricular. O curso ocorreu em cinco encontros semanais, que se dividiram em coleta de pré-formação, conceitos sobre avaliação, organização da proposta de avaliação, conceitos de adaptação e coleta de pós-formação. Sendo assim, os resultados indicaram que o curso foi eficiente para que as professoras aprendessem algumas habilidades para elaborar adequação curricular para os alunos indicados pela escola, mas não foi suficiente para desenvolver as seis habilidades, propostas durante o curso (FERRARI, VILARONGA e ELIAS, 2019). Além disso, verificou-se durante a pesquisa que os professores, por desconhecimento não relacionam

sua dificuldade em ensinar com a dificuldade do aluno com diversidade funcional em aprender, focando suas concepções sobre inclusão no modelo médico de deficiência, onde o aluno e suas limitações são os principais responsáveis pela não aprendizagem. Neste sentido, surge a ideia de que como os alunos precisam ser “tratados” ou “curados” pouco se tem realmente a fazer e a simples modificação ambiental não é considerada uma possibilidade de intervenção (BRITE ET AL, 2019; FERRARI, VILARONGA e ELIAS, 2019; PEREIRA, 2018).

Outra questão sinalizada na pesquisa foi a percepção da predominância de uma visão apenas teórica dos docentes, visto que os mesmos conseguiram discorrer teoricamente sobre o tema, mas dificilmente percebiam a relevância de se desenvolver uma prática que realmente fosse ao encontro das necessidades dos alunos com diversidade funcional. Além disso, apesar de alguns educandos apresentar características e dificuldades específicas, muitos não apresentavam diagnóstico ou laudo para embasar o processo avaliativo e o uso de atividades adaptadas (FERRARI, VILARONGA e ELIAS, 2019). Com isso, pode-se perceber que, apesar de ser extremamente importante, a estruturação de uma educação continuada para os docentes não é suficiente se os mesmos tiverem suas concepções fundamentadas na descrença em relação ao desenvolvimento real dos alunos com diversidade funcional. Até porque, o investimento em adaptações que promovam o processo ensino-aprendizagem só ocorrerá se realmente o docente percebe que é possível o aprimoramento desses educandos, caso contrário, continuará centrado naqueles em que ele acredita conseguir algum resultado positivo.

A fim de compreender esse processo Buss e Giacomazzo (2019) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar a percepção dos professores sobre as interações pedagógicas que se estabelecem entre os mediadores e os professores titulares da turma, com foco nas possibilidades qualitativas do ensino colaborativo. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatorze mediadores e dez professores do ensino comum, onde foram utilizados dois instrumentos, a saber: um roteiro com questões semiestruturadas e abertas, para facilitar o diálogo durante a entrevista, e um questionário de autoavaliação para ser respondido após a entrevista.

Durante a pesquisa, foi percebido que o conceito que o professor desenvolve em relação aos alunos com diversidade funcional, determina a configuração dos aspectos relacionais entre ambos e, neste sentido, a busca constante de conhecimentos sobre os educandos torna-se essencial. Além disso, a pesquisa também constatou que o planejamento fragmentado dificulta a colaboração entre os docentes, criando obstáculos

para o processo ensino-aprendizagem, até porque os mesmos unem habilidades, mas, muitas vezes, não conseguem trabalhar em parceria (BUSS e GIACOMAZZO, 2019).

Outra questão relevante, é que os docentes sinalizaram que o sistema educacional da maneira como é organizado inviabiliza o ensino colaborativo, principalmente, por não focar em momentos de troca e construção conjunta e em conformidade com os objetivos educacionais. Além disso, alegaram pouco suporte da gestão, desconhecimento em relação às atribuições do mediador, falta de percepção sobre as reais necessidades dos alunos e a deficiências na construção de um planejamento conjunto e personalizado (BUSS e GIACOMAZZO, 2019).

Segundo a pesquisa, os alunos com diversidade funcional são inseridos no ensino comum e existe a percepção de que aprendem segundo a aplicação de conteúdos diferenciados, gerando, muitas vezes, duas salas de aula distintas em um mesmo espaço educacional. Com isso, ocorre uma fragmentação no que se refere ao estímulo das diferentes potencialidades no processo ensino-aprendizagem. Além disso, as adaptações curriculares precisariam vir acompanhadas de uma rigorosa avaliação do educando no que se refere à competência acadêmica, desenvolvimento biológico e intelectual, aprimoramento motor e linguístico, habilidade emocional e competências sociais e interpessoais (BUSS e GIACOMAZZO, 2019). Contudo, na grande maioria das vezes, não é isso que acontece.

Nesse contexto, o ensino colaborativo tornar-se-ia essencial, além da reestruturação e ressignificação do Sistema Educacional de Ensino, pois o docente precisa vivenciar estratégias para a troca com os outros educadores, além de necessitar de tempo e espaço para planejar em conjunto e discutir soluções para os problemas cotidianos.

A fim de compreender a adaptação curricular a partir de uma visão mais ampla, em relação ao sistema educacional e à prática docente, Silva e Leite (2015) desenvolveram uma pesquisa com o objetivo de identificar concepções e práticas de diferenciação curricular utilizadas por docentes em relação a alunos com diversidade funcional. Para tanto, foram analisados quatro professores do primeiro ciclo do ensino fundamental em uma escola comum. Além disso, a pesquisa verificou que apesar dos professores compreenderem a necessidade de se implementar as adaptações curriculares como resposta a diversidade dos educandos, apresentam muitas dificuldades provenientes da gestão curricular em turmas inclusivas e da própria prática pedagógica.

Neste sentido, cada vez mais precisamos de uma escola que respeite a diversidade e almeje o sucesso educativo de todos os educandos, por meio de ações curriculares

diferenciadas, personalizadas e qualitativas, além de investir na mudança de atitude da gestão e dos docentes frente a diferença. Com isso, o professor precisa analisar, conjuntamente com os outros docentes, a solução para questionamentos como, “ensinar o quê, a quem, para quê e como”, como foco no atendimento de todos os educandos, independente das diferenças (SILVA e LEITE, 2015).

Outra questão percebida na pesquisa, foi que os alunos são inseridos na sala de aula, contudo, as modificações curriculares condizentes com a diversidade ficam para segundo plano, ficando evidentes apenas na questão da socialização. Além disso, a busca por estratégias inclusivas, acabam por se configurar em uma busca constante, visto que ainda não se estruturou uma metodologia única capaz de responder eficazmente às demandas cotidianas (SILVA e LEITE, 2015). A inclusão passa ser entendida, então, apenas como socialização, não se dando o referido valor ao sucesso acadêmico desses alunos, isso porque os docentes acreditam que os fracassos escolares dos alunos com diversidade funcional seriam provenientes das características individuais dos mesmos, das condições institucionais da escola e devido a própria ausência de formação dos docentes.

De acordo com os docentes entrevistados, a inclusão dos alunos com diversidade funcional tem relação direta com a participação destes em sala de aula, contudo, ressaltaram que seria melhor aproveitado o momento da aula se o tempo de permanência desses alunos fosse reduzido. Além disso, disseram que a aprendizagem com os seus pares seria melhor e que a aprendizagem não ocorre efetivamente, dentro do contexto educacional vigente. Neste sentido, verificam-se obstáculos significativos referentes à inclusão, pois apesar dos docentes afirmarem aceitar a inserção dos educandos com diversidade funcional no ensino comum, ressaltam o fracasso do processo e questionam se existe de fato um caminho para a efetiva inclusão desses indivíduos (SILVA e LEITE, 2015).

Outra questão percebida durante a pesquisa, fez referência a percepção dos professores em relação ao cotidiano dos alunos com diversidade funcional no contexto do ensino comum, visto que consideram mais importante conhecer as problemáticas e as limitações dos educandos do que efetivamente procurar respostas educativas eficazes que promovam o aprimoramento holístico desses indivíduos. Além disso, consideram que o dia a dia se configura em reduzir os conteúdos e não efetivamente em adaptá-los (SILVA e LEITE, 2015).

Na fala dos docentes entrevistados verifica-se que as ações didáticas se encontram centradas no professor e não na iniciativa dos alunos, além disso, focam-se apenas na interação do professor com os educandos e na organização da atividade e do controle da turma. Com isso, a pesquisa sinaliza que os docentes ainda acabam por permanecer em uma situação de conforto, preferindo não se arriscar ou assumir um papel mais dinâmico, até porque, é considerado um acréscimo de trabalho e sem resultados visíveis de aprendizagem.

Com isso, verificou-se que apesar dos docentes reconhecerem que possuem um papel importante nas adequações curriculares para os alunos com diversidade funcional, preferem não assumir a responsabilidade pela aprendizagem desses educandos, pois consideram esses indivíduos como pertencentes a um desvio do padrão de aluno que a escola atende (SILVA e LEITE, 2015). Sendo assim, a diferença acaba sendo entendida como um fator negativo gerador de insegurança e não como parte de uma diversidade natural da sociedade.

Outra pesquisa que considerou a relação entre as concepções docentes e o processo de adaptação curricular foi o estudo realizado Nunes (2019) com o objetivo de identificar, a partir relato de docentes da Educação Básica, concepções favoráveis e desfavoráveis em relação a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino comum. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e cadernos de conteúdo com quatro professoras que trabalhavam no Ensino Fundamental I, em escolas públicas do município de Arapongas no Paraná.

Como resultado da pesquisa, verificou-se que dentre as concepções favoráveis ressalta-se a equipe multidisciplinar; a aprendizagem; o currículo, a adaptação e a adequação na temporalidade; o trabalho colaborativo; as potencialidades e habilidades; a avaliação na aprendizagem; a organização e o manejo em sala de aula; a inclusão; os planejamentos e atividades; o professor de apoio na sala de aula comum; e a família. E dentre as concepções desfavoráveis foram identificadas o ritmo, a aprendizagem e o acompanhamento do ano de escolaridade; a motivação; o conteúdo curricular, a adaptação, a flexibilização; a autoestima; a escola; a preparação do professor; a avaliação; a aprovação; a inclusão; o professor de apoio e o professor auxiliar.

Além disso, os resultados indicaram que as concepções favoráveis foram em maior número do que as desfavoráveis, em relação à inclusão do aluno com deficiência intelectual, porém, as questões desfavoráveis são consideradas muito relevantes e carecem de intervenções para serem modificadas. Sendo assim, dentre as concepções

desfavoráveis estão as crenças antigas de que o aluno nunca irá aprender, e isto está relacionado a sua deficiência e a concepção de que os professores ainda não estão preparados para a inclusão (NUNES, 2019).

Durante a pesquisa os professores referenciaram não terem apoio do ensino especial, de forma colaborativa e ressaltaram que a escola não promove adaptações curriculares em relação ao conteúdo e ao processo avaliativo. Além disso, ainda existem concepções estereotipadas, gerando rejeição em relação à inclusão, por parte dos docentes, apesar de manifestarem falas favoráveis ao processo. Isso porque não sabem o que fazer com a diversidade, diante o grande número de alunos em sala de aula.

A pesquisa também demonstrou que muitos professores não modificam suas práticas, mesmo diante das necessidades manifestadas por seus alunos, em contradição a necessidade apresentada pela literatura em relação às possibilidades do processo de adaptação curricular (NUNES, 2019). Na verdade, a inclusão de alunos com diversidade funcional necessita de mudanças tanto comportamentais como pedagógicas dos professores do ensino comum.

Neste contexto de aprendizagem, torna-se relevante avaliar como se configura o processo alfabetizador desses alunos, sendo assim, Pereira (2018) realizou uma pesquisa com o objetivo de analisar os conhecimentos e as concepções de professores sobre o processo de alfabetização de alunos com deficiência intelectual. Para tanto, foi realizado um estudo qualitativo do tipo exploratório, onde se estruturaram entrevistas semiestruturadas e análise documental. Participaram das entrevistas quinze docentes do ensino comum, que atuam com crianças com deficiência intelectual no primeiro ano do Ensino Fundamental. Na pesquisa foram analisados quatro eixos temáticos, a saber: os conhecimentos prévios das professoras alfabetizadoras do primeiro ano do Ensino Fundamental, concepções presentes nestas docentes em relação a inclusão desse grupo especial, práticas pedagógicas utilizadas cotidianamente e o processo de alfabetização utilizado com o público-alvo.

Como resultado da pesquisa foi verificado que a maioria dos professores demonstram poucos estudos teóricos acerca do tema, por privilegiarem conhecimentos práticos sobre o processo alfabetizador. Em relação às concepções, percebeu-se que os docentes apresentam dificuldades em avaliar se um método é adequado ou não para os alunos com deficiência intelectual, demonstrando preferir seguir vários métodos de maneira randômica, pois se mostram inseguros em relação aos resultados, fragilizando o processo (PEREIRA, 2018).

A pesquisa ressaltou a importância da formação continuada com foco no embasamento teórico, visto que muitos docentes ainda não sabem como trabalhar com esses alunos com diversidade funcional. Além disso, as falas das professoras evidenciaram que o modelo médico de educação ainda subsiste no contexto escolar, pois o foco ainda se encontra no desenvolvimento biológico e não no aprimoramento intelectual. Além disso, as professoras sinalizaram que trabalham com as mesmas atividades para todos os educandos, contudo, precisam da professora de Educação Especial ou da mediadora escolar para auxiliar no desempenho dos alunos com deficiência intelectual em todas as ações didáticas, até porque esses educandos executam as atividades em tempos diferenciados (PEREIRA, 2018).

Dessa forma, de acordo com a pesquisa, percebeu-se que o professor precisa conhecer e refletir sobre o seu papel como mediador de um processo ensino-aprendizagem diversificado que tem como meta o desenvolvimento holístico de todos os educandos, independente das diferenças.

A partir das pesquisas realizadas, conclui-se que a simples entrada do aluno com diversidade funcional em classes comuns de ensino, não garante a mudança de concepções nos professores. Na verdade, paradigmas sócio-históricos interferem potencialmente nas concepções manifestadas por educadores no processo de inserção desses educandos em classes comuns de ensino. Silva (2009) ressalta que aspectos sociais, culturais e econômicos de diferentes períodos históricos direcionam olhares sobre a diferença, favorecendo a segregação, a inclusão ou a integração.

Neste sentido, os resultados das pesquisas revisadas permitiram perceber que apesar do aumento verificado no número de matrículas de alunos com diversidade funcional em classes comuns, as concepções que permeiam o imaginário dos professores acabam por acarretar paradigmas responsáveis por variadas ações pedagógicas, podendo contribuir positivamente ou negativamente para o processo de inserção desses educandos. Para tanto, em decorrência de inconsistências nos projetos pedagógicos e por desconhecimento ou concepções limítrofes, verificam-se inadequações nas condições físicas e sociais das escolas para a inserção desse grupo especial.

Carvalho-Freitas (2007) define concepções desenvolvidas sócio-historicamente acerca da diversidade funcional, a saber: concepção espiritual; concepção baseada em pressupostos de normalidade e concepção baseada na inclusão.

Na deficiência vista como manifestação espiritual a pessoa com diversidade funcional é concebida como um ser que manifesta fatores divinos, portanto, é condenada

à segregação, além de possibilitar aos demais indivíduos a oportunidade de exercer a caridade. A deficiência vista como anormalidade médica analisa a pessoa com diversidade funcional como um ser “anormal” que para ser integrado precisa de tratamento e cura, inclusive, precisando ser posto em setores específicos devido às limitações manifestadas. E a deficiência baseada na possibilidade de inclusão, onde a valorização dos direitos sociais é vista como necessária para favorecer essa inserção nos diversos espaços sociais, além de se ressaltar a necessidade de se adequar as condições físicas e humanas do ambiente escolar para que a inclusão desse grupo especial realmente ocorra (Carvalho-Freitas, 2007).

Em pesquisa realizada por Brite (2017), nas escolas do Município de Duque de Caxias, foi verificada a coexistência de duas concepções acerca da inserção de alunos com diversidade funcional. Nesta pesquisa, foram analisados o trabalho dos professores que atuam com alunos inclusos na Rede Municipal de Duque de Caxias.

Os participantes dessa pesquisa foram professores que atuavam em sala de aula com alunos inclusos. Para tanto, a partir do cadastro de todas as escolas dos distritos do Município de Duque de Caxias, foram selecionados professores de 2 distritos, representando cerca de 50% do total de escolas da região, utilizando assim, um número significativo de respondentes para o resultado da pesquisa. Além disso, a escolha desse município deveu-se ao grande número de alunos com diversidade funcional incluídos na rede comum de ensino.

Para avaliar a concepção desses professores foi utilizada uma escala atitudinal, do tipo Likert, com perguntas fechadas, adaptadas de um Inventário de Concepções de Deficiência (ICD - Carvalho-Freitas, 2007). Como o Inventário foi, inicialmente estruturado para empresas, foram realizados os devidos ajustes com autorização da pesquisadora em questão. Com a aplicação do instrumento foi percebida a coexistência das seguintes concepções: a que considera a deficiência como desvio da normalidade e a que encontra-se baseada nos pressupostos de inclusão. A concepção espiritual encontrou-se praticamente superada, pois os professores não a revelaram no contexto pesquisado, além disso, verificou-se que as maiores críticas dos professores estão baseadas na falta de estrutura e de apoio técnico para os mesmos nas escolas que abrigam as crianças com diversidade funcional, visto carências na formação docente (BRITE, 2017).

Muitos professores não acreditam na efetividade dos processos inclusionistas por focarem na deficiência e não nas potencialidades do aluno com diversidade funcional, interferindo diretamente nas práticas pedagógicas realizadas em sala de aula. Muitos

professores podem usar a falta de apoio técnico e de infraestrutura como uma “desculpa” para a falta de crença nas possibilidades de adaptação no processo ensino-aprendizagem. Sendo assim, em conformidade com essa visão, na pesquisa, verificou-se a coexistência da concepção baseada nos pressupostos de normalidade e da concepção baseada na inclusão indicando o compartilhamento conflituoso de concepções inclusionistas e exclusionistas, favorecendo a culpabilidade das políticas públicas pelo processo de inclusão malsucedido (BRITE, 2017).

Em muitas escolas, as crianças com alguma diversidade funcional, incluídas em classes comuns, ficam separadas em lugares específicos da sala de aula, geralmente, atendidas, devido as suas limitações, por cuidadores ou alunos estagiários, por se entender que o professor não pode atender a todos “igualmente”, e ao mesmo tempo dar atenção especial a esses alunos. Verificou-se um grande interesse dos professores em obter ajuda para o favorecimento qualitativo do processo de inclusão de alunos com diversidade funcional em classes comuns, devido à grande sensação de incapacidade que muitos enfrentam. Entretanto, o estudo não permitiu a generalização dos resultados da pesquisa e nem viabilizou analisar as repercussões das concepções sobre a efetivação do processo de inclusão, indicando estudos futuros. A estruturação de concepções conflituosas geradas pela vontade de se estabelecer a inclusão e a crença na incapacidade de desenvolvimento pedagógico do aluno com deficiência geram desafios para a real inclusão deste educando (BRITE, 2017).

Sendo assim, muitos docentes acreditam que as adaptações possíveis e necessárias ficam exclusivamente a cargo das políticas públicas e da infraestrutura, retirando da sala de aula essa responsabilidade. Muitos alegam não existir formação para atuar com a inclusão sugerindo uma concepção de que a adaptação curricular não é possível sem apoio externo, algo explicitado em observações realizadas pelos próprios docentes pesquisados. A pesquisa acerca das concepções dos professores sobre a inclusão de alunos com deficiência em classes comuns tornou-se um estudo produtivo e indicado para futuras investigações, a fim de evidenciar a relação existente entre as concepções sobre as crianças com diversidade funcional e a prática pedagógica desenvolvida em escolas comuns. Para tanto, verifica-se a necessidade de se instituir processos de adaptação curricular e treinamentos para os docentes que atuam com este grupo especial, favorecendo o foco nas potencialidades dos alunos com diversidade funcional em não em suas limitações, o que gera uma inserção menos estigmatizada e mais igualitária (BRITE, 2017).

Neste sentido, a fim aprofundar a reflexão sobre o tema, no presente artigo, foi realizada uma análise acerca da pesquisa estruturada sobre o processo de adaptação curricular para alunos com diversidade funcional, por docentes em salas de aula comuns, também no Município de Duque de Caxias. Além disso, foi fundamentada uma revisão sistemática da literatura, como foco na análise sistemática do tema.

3 MÉTODO DA PESQUISA EMPÍRICA

O presente estudo se configurou em uma pesquisa exploratória, com análise qualitativa dos dados, conforme descrito a seguir.

3.1 PARTICIPANTES

Para analisar as concepções instituídas historicamente sobre o processo de adaptação curricular, levando em consideração ações que interferem na postura pedagógica dos professores de classes comuns que trabalham com alunos incluídos, foram entrevistados nove professores de três escolas diferentes do Município de Duque de Caxias. Destes, dois docentes eram do primeiro ano, um do segundo, um do terceiro, um do quarto, um do quinto, um da sala de recursos, um professor itinerante de educação especial e uma secretária escolar readaptada

3.2 LOCAL DA PESQUISA

Foram observadas e analisadas as entrevistas de nove professores que trabalhavam com alunos incluídos em três diferentes escolas públicas municipais, todas localizadas no Município de Duque de Caxias, de acordo com os critérios da pesquisa.

3.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA

Para a pesquisa foi realizada uma entrevista semiestruturada que se baseou nas seguintes questões norteadoras, com foco na compreensão acerca das interferências das concepções docentes sobre o uso de ações didáticas voltadas para a aplicação sistemática de adaptações curriculares para alunos com diversidade funcional no ensino comum:

- 1.** Quais as possibilidades existentes no ensino comum para a efetivação da inclusão de alunos com diversidade funcional?
- 2.** Como você define adaptação curricular? Ela é possível? Por quê?
- 3.** Quais as suas dificuldades no processo de adaptação curricular?

4. Qual o principal apoio que o professor precisa para a efetivação do processo curricular?

Vale ressaltar que para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos seriam responsáveis por fornecer parâmetros a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

A partir dessa definição e dessas proposições é que se optou por esse instrumento na presente pesquisa.

3.4 PROCEDIMENTOS

Em primeiro lugar o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil tendo sido aceito segundo o parecer nº 56728416.1.0000.5284.

Após a permissão da Secretaria de Educação do Município de Duque de Caxias, foi feito contato com as escolas para estruturação dos dados da pesquisa, porém por dificuldades do momento político vivenciado nas mesmas, apenas em três delas os professores concordaram em participar. Obtida a concordância do professor e assinado o termo de consentimento livre e esclarecido, entrevistadora e entrevistados se encaminharam para uma sala reservada, onde a sós foi realizada a entrevista, em absoluta privacidade e tranquilidade. A entrevista foi gravada e transcrita para posterior análise qualitativa.

4 RESULTADOS

A partir das respostas, avaliaram-se as opiniões dos professores entrevistados em relação às questões levantadas na entrevista. No que se refere à possibilidade de inclusão, obteve-se o seguinte resultado:

Tabela 1: Professores que reconhecem ou não a possibilidade de inclusão:

SIM	NÃO	COM RESERVAS
1+1		1+1+1+1+1+1

5 RAZÕES PARA RESERVAS:

1) Despreparo muito grande em termos de infraestrutura e preparação de pessoal com capacitação técnica e aprofundamento em questões relacionadas à aprendizagem da pessoa com deficiência.

2) Existe um abismo entre a lei e a realidade do Município porque vários fatores são necessários para que a inclusão aconteça, como a questão do transporte que é uma coisa básica, a locomoção do aluno para poder frequentar a escola.

3) A importância do mediador estar com o aluno em sala de aula, principalmente, os alunos com autismo, precisa ter alguém mediando e, às vezes, não temos esse profissional.

4) Os professores devem ter um olhar sensível para esse aluno, que é um aluno que vai dar um trabalho extra, porque é necessário um planejamento para ele e, às vezes, ele não tem tempo hábil. As adaptações curriculares para um professor com uma turma de 35/40 também demanda todo um planejamento.

5) Alguns professores alegam que não tem formação específica para isso ou que não estão conseguindo dar conta.

6) Excesso de alunos com deficiência.

7) Alunos com deficiência sem laudo

8) A questão da saúde, também, dificulta muito a questão da inclusão dentro da dentro da escola. Temos dificuldade na inclusão, pois nós não temos apoio necessário!

9) Outro problema é o cuidador, só temos duas para várias crianças na escola.

10) Os alunos chegam ao terceiro ano e ainda não completaram a alfabetização. Tem muitos alunos que estão no início, são pré-silábicos. A turma é mista e ainda tem o aluno incluso.

11) A Inclusão do jeito que ela está acontecendo, está excluindo a grande maioria para se dirigir a uma minoria que vamos dizer são os especiais.

12) Você tem que dar um suporte, os recursos que são necessários para que ele realmente se desenvolva.

Constata-se, portanto, que apenas dois professores são completamente favoráveis à inclusão. Os demais a aceitam teoricamente, porém acham que o processo está malconduzido. Destaca-se, contudo, que nenhum professor se manifestou como contra.

Sobre a adaptação curricular, os resultados estão na tabela 2.

A favor	Contra	Com restrições
1+1+1		1+1+1+1+1

5.1 JUSTIFICATIVAS PARA CONCORDAR:

1. É possível e é necessária. Na verdade, no Brasil, precisamos mexer com os alunos, com a forma como é feito o conteúdo do aluno dito normal, então o que dirá de um incluso. Tem conteúdo que você tem que acrescentar detalhes que para os outros talvez não precise. E na adaptação você acaba ajudando o “normal” também, porque você usa mais gravuras, usa a música, usa cartaz, usa outros recursos que talvez numa turma sem um incluso você não usasse.

2. O professor pode adaptar o currículo ao seu aluno incluso, sempre acreditando que ele irá evoluir.

5.2 RAZÕES PARA RESTRIÇÕES:

1. As adaptações dão conta de várias possibilidades como a alteração do tempo, o tipo de estratégia e de atividade realizada, sendo que, atualmente, o maior problema para que a adaptação curricular ocorra, é primeiramente a falta de tempo para o planejamento.

2. A adaptação curricular não pode ser feita na hora, exige um estudo prévio onde o professor conheça o aluno, conheça as dificuldades, as potencialidades e saiba aquilo que ele vai trabalhar, que ele deseja trabalhar com a turma.

3. A falta de uma pessoa que possa apoiar esse professor durante a execução dessa atividade adaptada, porque, na maioria das vezes, precisa de mediação.

4. A adaptação curricular ocorre a partir de uma avaliação inicial desse aluno. Analisar o que ele consegue fazer, e adaptar o currículo dentro da disciplina e dentro também daquilo que ele consegue realizar para que ele avance. Demanda um trabalho, um planejamento maior. Essa adaptação curricular o professor sozinho da turma comum não consegue dar conta. É um trabalho de parceria com o professor da sala de recursos e com a família do aluno porque, às vezes, levamos seis meses ou quase um ano para conseguir entrar no ritmo daquele aluno, porque ele é especial e oscila muito.

5. A adaptação curricular deve ser feita com todos os alunos porque nem todos aprendem da mesma forma. O aluno especial realmente tem o tempo dele, você tem que trabalhar no que aquela criança necessita. Adaptação Curricular a gente vai fazendo de acordo com quem vai trabalhando.

6. Eu faço com o meu aluno, mas do meu jeito, do jeito que sei fazer. Nem sei se estou fazendo certo.

7. O currículo todo teria que ser adequado para que essa inclusão existisse de fato. Seria basicamente, mudar o currículo todo.

8. Eu acho que a adaptação curricular é possível, mas não dentro da nossa realidade, a gente precisaria ter para esses alunos inclusos, pessoas que dessem suporte, um acompanhante. Mas um acompanhe que tivesse uma base Pedagógica, porque não é qualquer pessoa que vai dar o suporte que é realmente necessário, o que é importante.

9. Para cada um deles nós vamos fazer um currículo personalizado, um currículo que vai servir para esse aluno. É ele dentro da possibilidade dele o que ele consegue fazer e o professor dando os recursos necessários, a atenção de sala. O que a gente consegue dele é dentro da possibilidade dele.

10. O problema para a adaptação curricular é o tempo. Nós saímos de uma greve agora em que uma das requisições era um terço de planejamento que não é respeitado. Então, eu tenho que usar o meu tempo de casa que é um tempo em que eu tenho uma outra rotina, porque eu tenho família, eu tenho filho. Mas eu tenho que usar esse tempo para planejar as atividades da turma e dessa criança em específico. O meu maior entrave realmente é o tempo.

Observa-se que nenhum professor é contra a adaptação curricular, sendo que 3 foram completamente a favor, e 6 apresentam restrições.

Sendo assim, as maiores dificuldades relatadas pelos professores para a adaptação curricular referem-se a necessidades de apoio, pois no relato fizeram as mesmas proposições em relação as duas perguntas norteadoras, a saber:

- 1 Falta de tempo para planejamento;
- 2 Necessidade de ajuda de um profissional especializado;
- 3 Preocupação excessiva por parte da escola com resultados em detrimento do processo ensino-aprendizagem;
- 4 Falta de interesse da escola na adaptação curricular dos alunos normais;
- 5 Mudanças de escola por parte do aluno, o que requer nova adaptação;
- 6 Falta constante dos alunos com deficiência devido a sua baixa imunidade;
- 7 Falta de articulação entre os professores;
- 8 Falta de informação por parte da Instituição;
- 9 Falta de interesse da Secretaria de Educação em formar os professores para que eles possam dar conta da adaptação curricular;
- 10 A Secretaria deveria promover cursos;

11 O professor precisa ter o laudo da deficiência daquele aluno para poder se preparar e promover a adaptação curricular;

12 O professor tem que pesquisar por conta própria. Não temos nenhuma estrutura para receber o aluno especial;

13 Os inclusos têm uma maior necessidade de atividades lúdicas, de um tempo maior para entendê-los no sentido de onde queremos chegar. E o tempo deles não é igual ao da grande maioria, então isso já é uma grande dificuldade;

14 A principal dificuldade é você se ver sozinho com esse aluno e com mais um tanto de outros alunos, porque a gente tem turmas que muitas vezes ultrapassam o número de alunos que você pode ter e você é obrigada a trabalhar;

15 O aluno para ser incluso precisa ter alguém junto desse professor para viabilizar. Ou essa pessoa cuida por um tempo da turma toda, para que esse professor possa sentar ao lado desse aluno incluso e fazer aquele acompanhamento individual que ele necessita ou vice e versa, a pessoa faz, com a orientação do professor, esse atendimento enquanto o professor está olhando o restante da turma;

16 As maiores dificuldades são você não tem como programar as dificuldades, você tem que estar preparado para ir em busca de superar cada dificuldade que você vai descobrir com aquele sujeito que chegou;

17 Os inclusos têm uma maior necessidade de atividades lúdicas, de um tempo maior para entendê-los no sentido de onde queremos chegar. E o tempo deles não é igual ao da grande maioria.

18 Turmas grandes e o professor tem que dar conta do aluno incluso e de todos os alunos;

19 Falta de recursos e materiais pedagógicos;

20 A cada ano o tipo de aluno incluso muda, então o professor não consegue se especializar;

21 O professor deveria ter um mediador, isso aí eu acho que é o primordial. Não tem como você falar em inclusão sem mediação;

22 E eu vejo também a questão do planejamento, você tem que ter um planejamento integrado com esse mediador, porque não adianta nada ele chegar aqui e simplesmente dizer hoje você vai dar isso aqui.

Sendo assim, de acordo com as colocações dos docentes verifica-se que concepções restritivas acerca da inclusão podem interferir potencialmente na real

efetividade do processo de adaptação curricular para o aluno incluído, gerando sentimento de incapacidade nos docentes e minimizando ações potencializadoras da aprendizagem.

6 MÉTODO REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

A presente pesquisa de revisão sistemática da literatura teve como objetivos: a) identificar a relação existente entre as concepções docentes e o processo de adaptação curricular desenvolvido nas escolas de ensino comum e b) verificar se as adaptações curriculares condizentes com as necessidades dos alunos com diversidade funcional são realmente utilizadas. Para execução do trabalho de pesquisa, duas foram as perguntas formuladas:

a. A literatura científica identifica as concepções dos professores acerca dos alunos com diversidade funcional, levando em consideração a estruturação de adaptações curriculares para o desenvolvimento holístico desses educandos?

b. Os relatórios de pesquisa revisados associam as concepções dos docentes, assim como sua formação, ao desenvolvimento de adaptações curriculares para alunos incluídos no ensino comum?

Trata-se de um estudo bibliométrico com abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, cumprindo as etapas típicas do processo de revisão integrativa da literatura. Para a busca dos artigos de revisão sistemática da literatura foram utilizadas as bases de dados do Scielo, Lilacs, Pepsic e Researchgate, de modo a produzir, manter e atualizar esse tipo de pesquisa científica.

A busca pelos artigos científicos foi conduzida em 2021 (dois mil e vinte e um), fazendo-se uso dos operadores booleanos AND, OR e NOT, percorrendo as bases de dados eletrônicas, a saber: “Scielo”, o “Lilacs”, o “Pepsic” e o “Researchgate”, por meio dos descritores “concepções AND professores AND adaptação curricular AND deficiência”; “conception AND teachers AND curricular adaptation AND deficiency”; “inserção AND escola”; “insertion AND school”, resultando na localização de 113 artigos. A segunda busca ocorreu com o auxílio das palavras-chave “concepções de professores sobre o processo de adaptação curricular para alunos com deficiência” AND “inserção de alunos com diversidade funcional no ensino comum”; tendo como foco o trabalho desenvolvido no Brasil, resultando na localização de 41 artigos. Nesta etapa foram privilegiados artigos nacionais por configurar a realidade brasileira sobre a educação inclusiva. Para a pesquisa foram utilizados apenas artigos publicados entre os anos de 2015 a 2020.

Como critérios de exclusão foram retirados os artigos repetidos, que não apresentavam dados de pesquisas empíricas e não focavam no processo de adaptação curricular para alunos inclusos no contexto escolar, a partir das concepções docentes. Para a seleção dos artigos, primeiramente, foi procedida à leitura dos títulos e dos resumos para fins de elegibilidade, conforme os critérios preestabelecidos de inclusão e de exclusão.

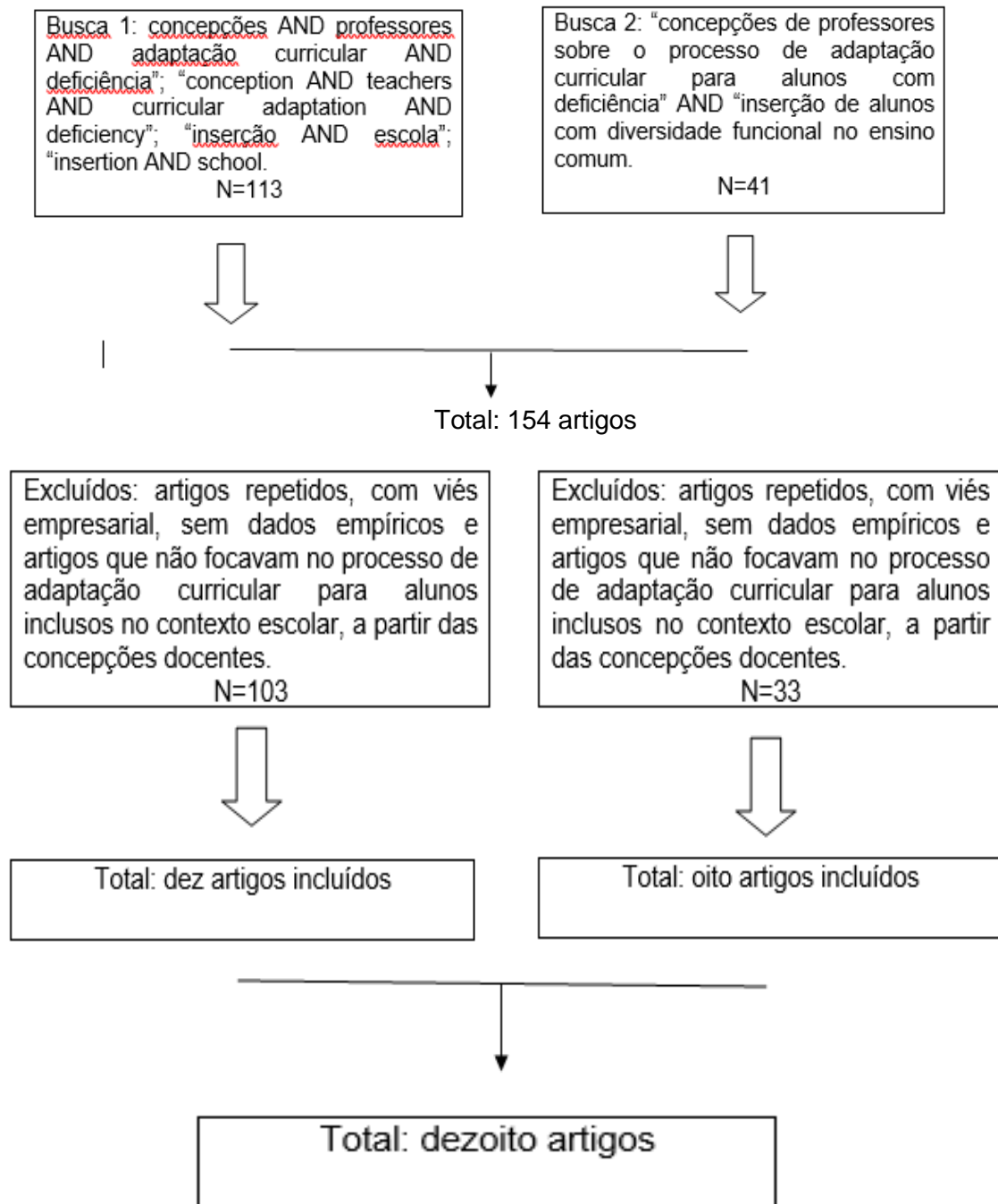
Após o uso dos filtros foram selecionados dezoito artigos para a análise final, sendo realizada a avaliação dos títulos dos artigos e, em seguida, uma leitura integral dos mesmos. As revisões sistemáticas encontradas nas bases de dados foram selecionadas em função de apresentarem dados de pesquisas empíricas acerca das concepções e da prática referente ao processo de adaptação curricular no contexto escolar.

De modo geral, constatou-se que o conteúdo dos artigos selecionados versou sobre a discussão, reflexão e análise de políticas curriculares e educacionais, assim como, aspectos da formação de profissionais que atendem crianças com diversidade funcional ou com necessidades educacionais especiais, métodos de gestão do currículo e relatos de experiências das práticas pedagógicas normalmente utilizadas no ensino comum. Em seu conteúdo, os textos mostraram dificuldades manifestadas pelos docentes em relação ao uso de adaptações curriculares ou expuseram alternativas para a adoção de novos modelos de educação que priorizem a flexibilização do ensino, como adequação curricular, para o desenvolvimento de uma educação mais significativa e qualitativa para todos os educandos, independente das diferenças.

A discussão relacionada à promoção de um ensino único para todos os alunos, indistintamente, fundamenta a maioria dos argumentos relacionados à educação inclusiva, entretanto, pouco se anuncia sobre a reorganização de proposições curriculares e/ou práticas de ensino que atendam as demandas educacionais diversificadas. Sendo assim, apesar de se verificarem inúmeras conquistas em termos normativos, preceitos e ações excludentes ainda estão presentes nas relações escolares e nos discursos da sociedade. Nessa direção, percebe-se uma lacuna na consolidação de propostas educacionais curriculares que subsidiem alternativas e procedimentos de ensino capazes de promover a ascensão acadêmica dos alunos com diversidade funcional, que na maioria das vezes apresentam ritmos e condições diferenciadas dos demais, fato que exigirá dos profissionais da escola a oferta de ajustes curriculares para a efetivação dos princípios das políticas públicas que normatizam a educação inclusiva.

Por meio desse processo, a amostra final foi reduzida a dezoito artigos, conforme Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma de Busca Eletrônica



Fonte: os autores

Para a busca dos artigos tomou-se como base de dados o “SciELO”, o “Lilacs”, o “Pepsic” e o “Researchgate”, de onde foram extraídos os artigos que fundamentaram este artigo, conforme verificado a seguir:

SciELO, Lilacs, Pepsic, Web of Science e Researchgate	SciELO, Lilacs, Pepsic, Web of Science e Researchgate	Crêterios de Exclusão
Busca 1	Concep�es de professores sobre a eficácia de processos de adapta�o curricular para alunos com diversidade funcional incluídos no ensino comum. N=113	Artigos repetidos, com viés empresarial, sem dados empíricos e artigos que não focavam no processo de adapta�o curricular para alunos inclusos no contexto escolar, a partir das concep�es docentes. Dez artigos incluídos
Busca 2	Concep�es de professores sobre a eficácia de processos de adapta�o curricular para alunos com diversidade funcional incluídos no ensino comum. N=41	Artigos repetidos, com viés empresarial, sem dados empíricos e artigos que não focavam no processo de adapta�o curricular para alunos inclusos no contexto escolar, a partir das concep�es docentes. Oito artigos incluídos

7 RESULTADOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Os anos de publica o dos artigos considerados legíveis (N = 18) são do período de 2015-2020, todos originários do Brasil, devido a necessidade percebida na pesquisa de personalizar o processo de adapta o curricular manifestado nesse país, conforme mostra o Quadro abaixo.

Quadro 1 – Descri o dos artigos (N = 18)

Título do Artigo	Título do Periódico	Referência	País
1. Adapta�es Curriculares na Inclusão Escolar de Alunos Surdos: interven�es colaborativas	Revista Brasileira da Pesquisa Sócio-Histórico-Cultural e da Atividade Brazilian Journal of Socio-Historical-Cultural Theory and Activity Research	PINHEIRO, Lucineide Machado e FIDALGO, Sueli Salles. Adapta�es Curriculares na Inclusão Escolar de Alunos Surdos: interven�es colaborativas. Revista Brasileira da Pesquisa Sócio-Histórico-Cultural e da Atividade Brazilian Journal of Socio-Historical-Cultural Theory and Activity Research. V. 1, n. 1, 2019.	Brasil
2. Adapta�o Curricular: um estudo de caso sobre a incorpora�o desse procedimento no Ensino Fundamental.	Revista Brasileira de Educa�o, Cultura e Linguagem	SALGADO, Thais Regina de Freitas. Adapta�o Curricular: um estudo de caso sobre a incorpora�o desse procedimento no Ensino Fundamental. Revista Brasileira de Educa�o, Cultura e Linguagem. Universidade Estadual de	Brasil

		Mato Grosso do Sul – UEMS. V. 4, n. 7, 2020.	
3. Inclusão Escolar: concepções de professores e práticas educativas.	Psicologia em Revista	MEDEIROS, Ana Paula Medeiros; BARRERA, Sylvia Domingos. Inclusão Escolar: concepções de professores e práticas educativas. Psicologia em Revista. V. 24, n.1, Belo Horizonte, jan./abr. 2018.	Brasil
4. Adequações Curriculares: eis-me aqui, nasci, logo existo!	@rquivo Brasileiro de Educação	DALONSO, Arilza Landeiro Guimarães. Adequações Curriculares: eis-me aqui, nasci, logo existo! @rquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, maio-ago, 2017.	Brasil
5. Adaptação Curricular para Alunos com Deficiência Intelectual no Relato dos Professores das Escolas Estaduais Paulistas	Espaço do Currículo	GUADAGNINI, Larissa; DUARTE, Márcia. Adaptação Curricular para Alunos com Deficiência Intelectual no Relato dos Professores das Escolas Estaduais Paulistas. Espaço do Currículo, v.8, n.3, p. 437-452, Setembro a Dezembro de 2015.	Brasil
6. Concepção do professor do ensino comum em relação à aprendizagem, currículo, ensino e avaliação do aluno com deficiência intelectual	Revista Educação Especial	NUNES, Vera Lucia Mendonça Nunes; MANZINI, Eduardo José. Concepção do professor do ensino comum em relação à aprendizagem, currículo, ensino e avaliação do aluno com deficiência intelectual. Revista Educação Especial, v. 33. 2020.	Brasil
7. Adaptações Curriculares para Alunos com Deficiência Intelectual: das concepções às práticas pedagógicas.	Dissertação de Mestrado	ARAÚJO, Maria Alice de. Adaptações Curriculares para Alunos com Deficiência Intelectual: das concepções às práticas pedagógicas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás. Ano 2019. 259f.	Brasil
8. Escolarização de Alunos com Deficiência em Contextos de Inclusão Escolar: diferir, adaptar ou flexibilizar o currículo?	Junqueira & Marin	PIRES, Yasmin Ramos; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Escolarização de Alunos com Deficiência em Contextos de Inclusão Escolar: diferir, adaptar ou flexibilizar o currículo? In: MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; PLETSCHE, Marcia Denise; HOSTINS, Regina Célia Linhares. (Orgs.). Educação Especial e/na Educação Básica: entre especificidades e indissociabilidades. 1ed.	Brasil

		Araraquara: Junqueira & Marin, 2019, v. 1, p. 64-73.	
9. O Olhar dos Professores sobre Adaptação Curricular para Alunos com Deficiência Intelectual: uma ação de formação continuada na escola	Tese de Doutorado	NETO, Artur Carmello. O Olhar dos Professores sobre Adaptação Curricular para Alunos com Deficiência Intelectual: uma ação de formação continuada na escola. Tese de Doutorado. Doutorado em Gestão Escolar. Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp. Ano 2019. 167f.	Brasil
10. Ensinando Professores de Sala Comum a fazer Adaptação Curricular.	Psicologia da Educação	FERRARI, Isadora Peresi; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ELIAS, Nassim Chamel. Ensinando Professores de Sala Comum a fazer Adaptação Curricular. Psicologia da Educação. N.49, São Paulo, jul./dez. 2019.	Brasil
11. As Interações Pedagógicas na Perspectiva do Ensino Colaborativo (Coensino): diálogos com o segundo professor de turma em Santa Catarina	Revista Brasileira de Educação Especial	GIACOMAZZO, Graziela Fatima; BUSS, Beatriz. As Interações Pedagógicas na Perspectiva do Ensino Colaborativo (Coensino): diálogos com o segundo professor de turma em Santa Catarina. Revista Brasileira de Educação Especial. V.25, N. 4, Bauru, out./dez. 2019.	Brasil
12. Adequações curriculares e estratégias de ensino em turmas inclusivas: um estudo exploratório no 1º Ciclo	Da Investigação às Práticas	SILVA, Alexandra Frias da; LEITE, Teresa Siva. Adequações Curriculares e Estratégias de Ensino em Turmas Inclusivas: um estudo exploratório no 1º Ciclo. Da Investigação às Práticas. V.5, n.2, set. 2015.	Brasil
13. Conhecimentos e concepções de professores acerca do processo de alfabetização da criança com Deficiência Intelectual	Tese de Doutorado	PEREIRA, Rose Mary Fraga. Conhecimentos e concepções de professores acerca do processo de alfabetização da criança com Deficiência Intelectual. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. Ano 2018. 254f.	Brasil
14. Concepção do Professor do Ensino Regular sobre a Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual	Dissertação de Mestrado	NUNES, Vera Lucia Mendonça. Concepção do Professor do Ensino Regular sobre a Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação. Faculdade de Filosofia e	Brasil

		Ciências. Universidade Estadual Paulista. Ano 2019. 91 f.	
15. Análise de Subsídios Essenciais ao Processo de Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência.	Anais do Congresso Nacional das APAES	BRITE, Roberta; GERK, Eliane. ; JARDIM, Andrea, Cristina Thiago Rufo Jardim; FONSECA, Eliana da Silva. Concepções de professores sobre inclusão de alunos com deficiência no Ensino Comum no Município de Duque de Caxias. In: 26º Congresso Nacional das APAES e Análise de Subsídios Essenciais ao Processo de Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência, 2017, Natal.	Brasil

Referência	Objetivo	Características Metodológicas do Estudo		Delineamento de Pesquisa
		Tamanho da Amostra	Sujeitos da Pesquisa	
PINHEIRO e FIDALGO. (2019)	Investigar se e como as adaptações curriculares são implementadas em escolas do ensino comum que atendem alunos surdos.	3 professores	Professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II	Observação da aula de três professores que trabalhavam diretamente com alunos surdos, além da aplicação de entrevistas. Foram realizadas vídeogravações das aulas em duas escolas públicas de São Paulo,
SALGADO (2020)	Discutir a adaptação curricular como um direito essencial para o desenvolvimento da aprendizagem de alunos com diversidade funcional no ensino comum	5 professores	Professores de Matemática, História e Ciências que lecionam para estudantes com deficiência no Ensino Fundamental II.	Estudo de caso com foco na experiência pedagógica de professores de matemática, história e ciências que lecionam para alunos com diversidade funcional no Ensino Fundamental II. Utilizou-se um questionário com questões referentes a formação inicial e continuada dos docentes, assim como, aspectos relacionados à prática diária, à adaptação do currículo e às estratégias didáticas para o ensino das disciplinas.
MEDEIROS e BARRERA (2018)	Investigar as concepções dos professores que possuem alunos inclusos, de modo a	13 professores	Professores de uma escola pública e duas particulares.	A pesquisa se baseou em um delineamento quali-quantitativo, onde além das entrevistas realizadas com os

	<p>analisar o andamento de suas aulas, para tanto, foram entrevistados treze educadores em uma escola pública e duas particulares.</p>			<p>docentes, foram feitas observações em salas de aula de três alunos com diversidade funcional. As entrevistas contaram com um roteiro semiestruturado, onde as respostas foram audiogravadas e transcritas na íntegra. Os nomes foram substituídos e os dados de observação das aulas foram transcritos e analisados qualitativamente, a fim de evidenciar a forma como a inclusão realmente ocorria na prática diária.</p>
<p>DALONSO (2017)</p>	<p>Analisar os efeitos das adaptações curriculares na vida escolar dos alunos com diversidade funcional, para tanto, realizou uma reflexão acerca das respostas de professores do Ensino Fundamental I, que lecionam para alunos autistas, sobre um questionário referente ao papel que as adaptações curriculares têm sobre a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática.</p>	<p>60% de professores titulares e 80% de professores de apoio</p>	<p>Professores titulares de classes comuns que lecionavam para alunos com autismo e professores auxiliares selecionados para realizarem trabalhos específicos com esses educandos, todos docentes de uma escola do Ensino Fundamental I.</p>	<p>Foram utilizadas observações, questionários semiestruturados e entrevistas com estes professores, onde foram feitas perguntas acerca da prática docente, a saber: se os professores conheciam o que eram adequações curriculares, em que nível da sua formação docente tiveram acesso a esta ferramenta, se conheciam as peculiaridades do transtorno do espectro autista, que suporte teórico utilizavam para fazer as adequações e os que utilizavam e se viram progressos significativos na sua aprendizagem depois da implementação das adequações.</p>
<p>GUADAGNINI e DUARTE (2015)</p>	<p>Analisar o relato de docentes do ensino comum e professores da educação especial em relação ao processo de adaptação curricular de alunos com deficiência intelectual.</p>	<p>18 professores</p>	<p>Professores do Ensino Comum e professores da Educação Especial.</p>	<p>A pesquisa contou com a aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas, tendo como participantes 16 professores do ensino comum e 2 professores da Educação Especial.</p>
<p>ARAÚJO (2019)</p>	<p>Analisar as adaptações curriculares</p>	<p>11 alunos e 13 professores (sendo 9</p>	<p>Alunos com deficiência intelectual e</p>	<p>A pesquisa foi realizada nos anos iniciais do Ensino Fundamental I,</p>

	realizadas por professores do Ensino Fundamental I, para alunos com deficiência intelectual, em uma cidade pequena do Estado de Goiás.	regentes e 4 professores de apoio).	professores de sala de aula comum, em escolas públicas da rede estadual e municipal	em duas escolas públicas de Goiás. Para o levantamento dos dados, foi realizado um diagnóstico inicial, além de momentos de observação e uma entrevista semiestruturadas, com o apoio de um roteiro de perguntas abertas que foram analisadas e revisadas.
PIRES e MENDES (2020)	Evidenciar as estratégias curriculares inclusionistas presentes no cotidiano escolar, com foco no aprofundamento dos conceitos de adaptação curricular, flexibilização curricular e diferenciação curricular.	Não informado no artigo.	Professores de Português e Matemática do Ensino Comum.	Foi realizada uma pesquisa documental e vídeos das disciplinas de Português e Matemática, em salas de aula do ensino comum, a fim de avaliar como as atividades adaptadas se estruturavam.
NETO (2019)	Analisar ações de formação continuada para alunos com deficiência intelectual, a partir de um processo de adaptação curricular, e com foco na fala desses professores.	17 professores	Professores de uma escola estadual de Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos no interior do Estado de São Paulo.	Foram realizadas leituras de artigos científicos, livros, leis, dissertações e teses, relacionadas à temática, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o assunto e explorar o referencial teórico da pesquisa. Em seguida, foi analisada a legislação federal e estadual de São Paulo, referente à educação especial e à formação dos docentes. E, por fim, através da pesquisa-ação, foi estruturada uma formação continuada para os docentes, em relação ao processo de adaptação curricular, além da aplicação de um questionário pré-teste e pós-teste, com o objetivo de compreender suas próprias concepções e aspectos das práticas docentes. Após o processo de formação continuada, os professores foram convidados a

				participarem da confecção de um cronograma de ação para a execução de processos de adaptação curricular para os alunos com diversidade funcional.
FERRARI, VILARONGA e ELIAS (2019)	Verificar a aprendizagem de habilidades pelos docentes do ensino comum, a partir de uma formação continuada, para a realização da adequação curricular.	8 professoras	Professoras de sala comum, de disciplinas variadas, e sem conhecimentos prévios sobre adequação curricular.	Foi elaborado um roteiro para o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao uso de adaptações em sala de aula (curso). Dentre as habilidades referenciadas na pesquisa foram trabalhadas a capacidade de identificar as necessidades de adaptação do aluno com diversidade funcional, a possibilidade de descrever o conteúdo específico da disciplina ministrada, a descrição sistemática dos objetivos e de cada atividade, e a construção de estratégias para viabilizar sua execução e indicar critérios de desempenho.
BUSS e GIACOMAZZO (2019)	analisar a percepção dos professores sobre as interações pedagógicas que se estabelecem entre os mediadores e os professores titulares da turma, com foco nas possibilidades qualitativas do ensino colaborativo.	14 mediadores e 10 professores do ensino comum.	Mediadores escolares e professores do ensino comum	Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, onde foram utilizados dois instrumentos, a saber: um roteiro com questões semiestruturadas e abertas, para facilitar o diálogo durante a entrevista, e um questionário de autoavaliação para ser respondido após a entrevista.
SILVA e LEITE (2015)	Identificar concepções e práticas de diferenciação curricular utilizadas por docentes em relação a alunos com diversidade funcional.	8 professoras	Professoras das disciplinas de português, ciências, geografia, inglês, história e química. Nenhuma das professoras possuía cursos nem especializações em Educação Especial.	Este trabalho adotou delineamento de sujeito único do tipo AB (linha de base - intervenção), de modo que fosse possível verificar os efeitos da variável independente (VI), no caso o curso, sobre as habilidades dos professores para realizar um tipo de adaptação curricular, entendida como a variável dependente (VD) do

				trabalho. Para avaliar adequadamente os efeitos da VI, fez-se o registro das habilidades das professoras antes e depois da formação.
NUNES (2019)	Identificar, a partir relato de docentes da Educação Básica, concepções favoráveis e desfavoráveis em relação a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino comum.	4 professoras	Professoras do Ensino Fundamental I que trabalhavam com alunos com diversidade funcional	Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e cadernos de conteúdo com quatro professoras que trabalhavam no Ensino Fundamental I, em escolas públicas do município de Arapongas no Paraná. Utilizou-se um roteiro previamente elaborado, que amparam o pesquisador no processo de interação com o informante, ao mesmo tempo em que o prepara no momento real da entrevista semiestruturada.
NUNES e MANZINI (2020)	Identificar, a partir de relatos dos professores, as concepções favoráveis e desfavoráveis em relação ao ensino, ao currículo, à avaliação e à aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.	4 professoras	Professoras, que trabalhavam em escolas municipais no Ensino Fundamental I, em um município do interior do estado do Paraná, participaram da pesquisa.	A abordagem utilizada foi a pesquisa qualitativa descritiva, por meio de entrevista semiestruturada e cadernos de conteúdo. Um roteiro foi elaborado para a entrevista e analisado por juízes. A coleta foi efetuada em duas sessões: a primeira, por meio de entrevista semiestruturada e, a segunda, utilizando o caderno de conteúdo. As concepções identificadas, por meio da análise de conteúdo, foram separadas em favoráveis e desfavoráveis em relação à aprendizagem, ao currículo, ao ensino e à avaliação de alunos com deficiência intelectual.
PEREIRA (2018)	Analisar os conhecimentos e as concepções de professores sobre o processo de alfabetização de alunos com	15 docentes.	Docentes do ensino comum, que atuavam com crianças com deficiência intelectual no primeiro ano do	Foi realizado um estudo qualitativo do tipo exploratório, onde se estruturaram entrevistas semiestruturadas e análise documental. Na pesquisa foram analisados quatro eixos

	deficiência intelectual.		Ensino Fundamental.	temáticos, a saber: os conhecimentos prévios das professoras alfabetizadoras do primeiro ano do Ensino Fundamental, concepções presentes nestas docentes em relação a inclusão desse grupo especial, práticas pedagógicas utilizadas cotidianamente e o processo de alfabetização utilizado com o público-alvo.
BRITE e GERK (2017)	Analisar os efeitos das concepções desenvolvidas historicamente, em docentes do ensino comum, sobre o processo de inclusão de alunos com diversidade funcional.	491 professores.	Professores que atuam, já atuaram ou ainda vão atuar com alunos inclusos na Rede Municipal de Duque de Caxias, em sala de aula comum do primeiro ao quinto ano de escolaridade, no primeiro segmento do Ensino Fundamental.	Foi desenvolvida a partir de uma pesquisa no formato de survey, onde foram selecionados professores de 45 escolas do Município de Duque de Caxias representando cerca de 25% do total de escolas da região. Foi utilizada uma escala atitudinal, do tipo Likert, utilizando-se de um Inventário de Concepções de Deficiência (ICD - Carvalho-Freitas, 2007), devidamente validado para os fins a que se destina.

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se configurou tanto em identificar as opiniões, assim como as vivências dos professores que trabalham em escolas comuns com alunos inclusos, como realizar uma revisão sistemática da literatura, a fim de aprofundar a discussão sobre o tema adaptação curricular para alunos com diversidade funcional no ensino comum. Neste sentido, a pesquisa empírica se preocupou em comparar tais opiniões e vivências com aquelas reveladas na revisão sistemática da literatura, no intuito de colaborar para o aperfeiçoamento do processo inclusionista.

Houve aspectos que se destacaram em ambas as pesquisas, como a necessidade de formação continuada dos professores, com foco nas diferentes diversidades funcionais com as quais eles irão se defrontar, a questão do profissional de apoio, com formação adequada, de modo a colaborar com a bidocência, a ação potencializadora da sala de recursos e o fato das políticas públicas considerarem o processo inclusionista como algo extremamente simples, minimizando as adaptações necessárias, tanto em nível do

profissional como material, além das possibilidades trazidas pelo apoio sistemático da equipe diretiva.

Especificamente na fala dos professores, pode-se identificar queixas muito importantes, a saber: falta de tempo de planejamento o que dificulta um trabalho personalizado de qualidade, ausência total de materiais de apoio, a falta de interesse da Secretaria de Educação em organizar processos de formação continuada para os docentes e a necessidade de se rever holisticamente o currículo e não apenas para o aluno com algum tipo de deficiência, mas para todos os alunos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Verifica-se, assim, a necessidade de se organizar ações efetivas voltadas para a inclusão de alunos com diversidade funcional em classes comuns, entendendo que não basta colocar o aluno na sala junto com o professor, é preciso estabelecer todo um processo de mudança, voltado para o aprimoramento docente, o apoio das políticas públicas, a mudança curricular constante, a busca de profissionais de mediação e a estruturação de materiais de apoio nas escolas.

Sendo assim, sem a busca destas mudanças torna-se muito difícil e até inconsistente a promoção de uma inclusão real que garanta a permanência qualitativa dos alunos com diversidade funcional nas classes comuns. Para tanto, para a estruturação de uma educação que baseie suas práticas na valorização da diversidade e não segregue seus educandos em função de suas diferenças anatômicas, muitas vezes, vistas como limitações, torna-se necessário uma reflexão sistemática acerca dos tópicos analisados nesta pesquisa, de modo a suscitar o desenvolvimento de ações didáticas cada vez mais significativas, qualitativas e eficazes.

Durante a pesquisa foram percebidos tópicos essenciais para o desenvolvimento de uma proposta de adaptação curricular no Município de Duque de Caxias, entendo que este projeto de pesquisa não tem um fim em si mesmo e que são necessárias novas pesquisas para que a escola comum vivencie o aprimoramento constante desse processo.

Como tópicos essenciais percebidos neste artigo, verifica-se:

1. Necessidade de formação continuada do corpo docente para aprimoramento da prática pedagógica no que diz respeito ao processo inclusionista.
2. Atenção das políticas públicas para o processo de inclusão, visto que muitas vezes, verifica-se a minimização do mesmo, entendendo que a simples colocação do aluno com deficiência em classe comum não garante a sua total inserção.

3. Busca de materiais de apoio que possam dar o devido suporte ao trabalho docente.

4. Organização de tempos qualitativos de planejamento, onde o professor possa refletir acerca de possibilidades para o processo inclusionista, tanto com seus pares, como com uma equipe especializada.

5. Formação pedagógica e específica para profissionais que possam atuar como mediadores do processo de inclusão, contribuindo qualitativamente para o trabalho do professor nas classes comuns.

6. Aprimoramento constante do currículo vigente, tendo em vista as diferenças vivenciadas na escola para formação dos educandos com ou sem deficiência.

7. Processos de discussão entre o profissional da sala de recursos e o professor, de modo a buscarem ações reais de construção do processo ensino-aprendizagem para os alunos inclusos.

Questões também referenciadas no desenvolvimento da revisão sistemática da literatura, que também se baseou em dados de pesquisas empíricas.

Diante desta reflexão, vale ressaltar que o cumprimento dos tópicos supracitados não deve ocorrer como algo mecânico ou simplificado, precisa vir acompanhado de intensas reflexões e constantes avaliações, a fim garantir um processo de ensino-aprendizagem, baseado em adaptações curriculares que tenham como foco as potencialidades e a valorização das diferenças e não as limitações percebidas nos educandos com algum tipo de diversidade funcional.

Para tanto, os resultados desta pesquisa poderão contribuir para melhores práticas, baseadas na construção reflexiva e no aprimoramento continuado das ações de inclusão tanto educacional quanto social de alunos com diversidade funcional na rede pública de ensino, lembrando que o que verificamos é, ainda, a simples inserção desses indivíduos, sem ações consistentes de inclusão, tirando de maneira cruel a oportunidade desse grupo especial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Alice de. Adaptações Curriculares para Alunos com Deficiência Intelectual: das concepções às práticas pedagógicas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás. Ano 2019. 259f.

ÁVILA, Camila Ferreira de, TACHIBANA, Miriam e VAISBERG, Tânia Maria José Aiello. Qual é o Lugar do Aluno com Deficiência? O Imaginário Coletivo de Professores sobre a Inclusão Escolar. Ano 2008. Disponível em www.scielo.br/paideia. Acesso em Maio de 2012.

BATISTA, Marcus Welby; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Inclusão Escolar e Deficiência Mental: Análise da Interação Social entre Companheiros. Estudos de Psicologia, v. 9, n. 1, p. 101-111, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares/Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

BRITE, Roberta Bezerra; GERK, Eliane; JARDIM, Andrea Cristina Thiago Rufo; FONSECA, Eliana da Silva. Concepções de professores sobre inclusão de alunos com deficiência no Ensino Comum no Município de Duque de Caxias. In: 26º Congresso Nacional das APAES. Natal, 2017.

BRITE, Roberta Bezerra; GERK, Eliane. Análise dos Subsídios Essenciais ao Processo de Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência. In: Congresso Nacional de Educação - CONEDU, 2017, João Pessoa. Anais IV CONEDU. Paraíba: Editora Realize, 2017. v. 1. p. 1-11.

BRITE, Roberta Bezerra; NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula e CASTELÕES, Danielle. Concepções de Gestores sobre Pessoas com Deficiência: Trabalhadores de uma Rede de Supermercados. In MENDES, Enicéia Gonçalves e ALMEIDA Maria Amelia (Orgs.). Das Margens ao Centro: Perspectivas para as Políticas e Práticas Educacionais no Contexto da Educação Especial Inclusiva. São Paulo: Junqueira & Marin Editores, 2010.

BUENO, José. Geraldo Silveira. Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: Generalistas ou Especialistas. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 3. n.5, p. 7-25, 1999.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda. Inserção e Gestão do Trabalho de Pessoas com Deficiência: um estudo de caso. Revista de Administração Contemporânea. v. 13 número especial. Curitiba, 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. Panorama Internacional da Integração: Enfoque Nacional. Revista Integração, v. 5 n. 11, p. 9-13, 1994.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda. A Inserção de Pessoas com Deficiência em Empresas Brasileiras – Um Estudo sobre as Relações entre Concepções de Deficiência,

Condições de Trabalho e Qualidade de Vida no Trabalho Tese de Doutorado. Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração. Belo Horizonte, 2007.

DALONSO, Arilza Landeiro Guimarães. Adequações Curriculares: eis-me aqui, nasci, logo existo! @rquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, mai-ago, 2017.

DANELON, Maria Cristina Tavares de Moraes. A Inclusão para Além da Inserção: Uma Proposta de Intervenção de Linguagem Funcional. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Proped. Mestrado em Educação, 2003.

DECRETO Nº 6949 de 25 de agosto de 2009. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d6949.htm. Acesso em Setembro de 2013.

DECRETO Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em Agosto de 2012.

DEVINNEY, Timothy M.; YIP, George S. e JOHNSON, Gerry. Measuring Organizational Performance: Towards Methodological Best Practice. *Journal of Management*, v. 35 n. 3, p. 718-804, 2009.

DIONÍSIO, Cristiane Makida; MARTINS, Ida Carneiro; GIMENEZ, Roberto. Inclusão Escolar: uma reflexão sobre a transição da educação infantil para o ensino fundamental. *Comunicações*, v.23, n.2, p. 207-224, 2016.

FERRARI, Isadora Peresi; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ELIAS, Nassim Chamel. Ensinando Professores de Sala Comum a fazer Adaptação Curricular. *Psicologia da Educação*. N.49, São Paulo, jul./dez. 2019.

FRANÇA, Inacia Sátiro Xavier de e PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Utilitarismo, Pobreza e Desenvolvimento dos Portadores de Deficiência. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v. 15, número especial, p. 857-863, 2009.

GIACOMAZZO, Graziela Fatima; BUSS, Beatriz. As Interações Pedagógicas na Perspectiva do Ensino Colaborativo (Coensino): diálogos com o segundo professor de turma em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Educação Especial*. V.25, N. 4, Bauru, out./dez. 2019.

GLAT, Rosana e BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no Contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). *Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar*. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI). Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2007.

GLAT, Rosana e FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. *Revista Inclusão*, nº 1, 2005, MEC/SEESP.

GUADAGNINI, Larissa; DUARTE, Márcia. Adaptação Curricular para Alunos com Deficiência Intelectual no Relato dos Professores das Escolas Estaduais Paulistas. *Espaço do Currículo*, v.8, n.3, p. 437-452, Setembro a Dezembro de 2015.

HEREDERO, Eladio Sebastián. A escola inclusiva estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. *Acta Scientiarum Education (Print)*. Maringá, v. 32 n 2, p. 193-208, 2010.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. *A Educação do Deficiente no Brasil: Dos Primórdios ao Início do Século XXI*. 2ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.

LERO, Donna S. *Assessing Inclusion Quality in Early Learning and Child Care In Canada with the SpecialLink Child Care Inclusion Practices Profile and Principles Scale*. *Assessing Inclusion Quality in Early Learning and Child Care*, 2010. Acesso em agosto de 2012.

MONTEIRO, Ana Paula Húngaro e MANZINI, Eduardo José. Mudanças nas Concepções do Professor do ensino Fundamental em relação à Inclusão após a Entrada de Alunos co Deficiência em sua Classe. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, Jan.-Abr. 2008, v.14, n.1, p.35-52.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Os Direitos à Diferença na Igualdade dos Direitos: Questões sobre a Inclusão Escolar de Pessoas Com e Sem Deficiências. In: BATISTA, Cristina Abranches Mota (Coord) *Ética da Inclusão*. Belo Horizonte: Armazém das Idéias, 2004.

MARIN, Márcia; BRAUN, Patrícia. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 49-64.

MEDEIROS, Ana Paula Medeiros; BARRERA, Sylvia Domingos. *Inclusão Escolar: concepções de professores e práticas educativas*. *Psicologia em Revista*. V. 24, n.1, Belo Horizonte, jan./abr. 2018.

MUSIS, Carlo Ralph de e CARVALHO, Sumaya Persona de. Representações Sociais de Professores acerca do Aluno com Deficiência: a prática educacional e o ideal do ajuste à normalidade. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 110, p. 201-217, jan.-mar. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em agosto de 2015.

NETO, Artur Carmello. *O Olhar dos Professores sobre Adaptação Curricular para Alunos com Deficiência Intelectual: uma ação de formação continuada na escola*. Tese de Doutorado. Doutorado em Gestão Escolar. Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp. Ano 2019. 167f.

NUNES, Vera Lucia Mendonça Nunes; MANZINI, Eduardo José. *Concepção do professor do ensino comum em relação à aprendizagem, currículo, ensino e avaliação do aluno com deficiência intelectual*. *Revista Educação Especial*, v. 33. 2020.

NUNES, Vera Lucia Mendonça. *Concepção do Professor do Ensino Regular sobre a Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em

Educação. Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista. Ano 2019. 91 f.

NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula e NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula. III Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Diálogo e Pluralidade, Anais, São Paulo, 27 a 29 de agosto 2007.

OMOTE, S. Inclusão e a questão das diferenças na educação. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, p. 251-272, 2006.

PELOSI, Miryam Bonadiu; NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula. Caracterização dos Professores Itinerante, suas Ações na Área de Tecnologia Assistiva e seu Papel como Agente de inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.15, n.1, p.141-154, jan.-abr, 2009.

PEREIRA, Rose Mary Fraga. Conhecimentos e concepções de professores acerca do processo de alfabetização da criança com Deficiência Intelectual. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. Ano 2018. 254f.

PESSOTTI, Isaías. Deficiência Mental: Da Superstição à Ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.

PINHEIRO, Lucineide Machado e FIDALGO, Sueli Salles. Adaptações Curriculares na Inclusão Escolar de Alunos Surdos: intervenções colaborativas. *Revista Brasileira da Pesquisa Sócio-Histórico-Cultural e da Atividade* Brazilian Journal of Socio-Historical-Cultural Theory and Activity Research. V. 1, n. 1, 2019.

PIRES, Yasmin Ramos; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Escolarização de Alunos com Deficiência em Contextos de Inclusão Escolar: diferir, adaptar ou flexibilizar o currículo? In: MENDES, Geovana Mendonça Lunardi;

PLETSCH, Marcia Denise; HOSTINS, Regina Célia Linhares. (Orgs.). Educação Especial e/na Educação Básica: entre especificidades e indissociabilidades. 1ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2019, v. 1, p. 64-73.

PLETSCH, Márcia Denise. Repensando a Inclusão Escolar de Pessoas com Deficiência Mental: Diretrizes Políticas, Currículo e Práticas Pedagógicas. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

SALGADO, Thais Regina de Freitas. Adaptação Curricular: um estudo de caso sobre a incorporação desse procedimento no Ensino Fundamental. *Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem*. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. V. 4, n. 7, 2020.

SANTOS, Paulo França Santos e BARBATO, Silviane Bonaccorsi. Concepções de Professores sobre a Inclusão Escolar de Alunos com Distúrbios Neuromotores. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 12, n. 23, p. 245-261, jul./dez. 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997, 2002 e 2003. Rev. Lusófona de Educação. n.13. Lisboa, 2009. Acesso em agosto de 2012.

SILVA, Alexandra Frias da; LEITE, Teresa Silva. *Adequações Curriculares e Estratégias de Ensino em Turmas Inclusivas: um estudo exploratório no 1º Ciclo*. Da Investigação às Práticas. V.5, n.2, set. 2015.

SILVA, Maria Odete Emygdio. *Da Exclusão à Inclusão: concepções e práticas*. Revista Lusófona de Educação. V.13. n.13. Ano 2009. p.135-153.

SILVEIRA, Flávia Furtado Silveira e NEVES, Marisa Maria Brito da Justa. *Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: concepções de pais e professores*. Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2006, Vol. 22 n. 1, pp. 079-088.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. *Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*, 1994. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em novembro de 2011.

ZANATO, Caroline Borges; GIMENEZ, Roberto. *Educação Inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares*. Revista @mbienteeducação. Universidade Cidade de São Paulo. V. 10, n 2, jul/dez, p. 289-303, 2017.